



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Fórum	Nº: 1284/11	DATA: 30/08/2011
INÍCIO: 14h40min	TÉRMINO: 18h31min	DURAÇÃO: 03h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h51min	PÁGINAS: 74	QUARTOS: 47

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOÃO BEZERRA MAGALHÃES NETO – Presidente do Conselho Técnico-Científico do Instituto Brasileiro de Administração Pública — IBAP. TODD CHAPMAN – Ministro Conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos da América. HÉLIO FRANCHINI NETO – Diplomata da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores. JORGE HAGE SOBRINHO – Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – Subchefe de Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Secretário-Geral de Controle Externo substituto do Tribunal de Contas da União. RICARDO PEDREIRA – Diretor-Executivo da Associação Nacional de Jornais.

SUMÁRIO: Fórum de Debates sobre Governo Aberto — Transparência, Participação e Cidadania.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Declaro aberto o Fórum de Debates sobre Governo Aberto — Transparência, Participação e Cidadania, aprovado por meio do Requerimento nº 147, de 2011, de minha autoria e do Deputado Hugo Leal.

Cumprimento o Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário-Geral de Controle Externo substituto do Tribunal de Contas da União; o senhor diplomata Hélio Franchini Neto, da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República; o Dr. Todd Chapman, Ministro Conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos da América; o Dr. João Bezerra Magalhães Neto, Presidente do Conselho Técnico-Científico do Instituto Brasileiro de Administração Pública — IBAP. Agradeço a todos a presença.

Nobres colegas, senhoras e senhores, o Brasil vive hoje um momento diferenciado: as instituições estão fortalecidas, consolidamos a nossa democracia, e a economia mostra fôlego diante de crises internacionais que, em um passado não tão distante, deixavam traumas por vezes profundos.

A transparência na condução da coisa pública é sinal inequívoco de amadurecimento político. Ainda em 2001, foi criada a Corregedoria-Geral da União, com o propósito declarado de combater, no âmbito do Poder Executivo Federal, a fraude e a corrupção e de promover a defesa do patrimônio público. Em 2003 teve sua denominação alterada para Controladoria-Geral da União, e ao seu titular foi conferida a denominação de Ministro de Estado do Controle e da Transparência. Mais recentemente, em janeiro de 2006, a CGU teve sua estrutura novamente alterada, visando conferir maior organicidade e eficácia ao trabalho realizado pela instituição, além de ter sido criada a Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, responsável por desenvolver mecanismos de prevenção à corrupção.

Assim, a CGU passou a ter competência não só de detectar casos de corrupção, mas, sobretudo, de antecipar-se a eles, desenvolvendo meios para prevenir a sua ocorrência.

Os Estados Unidos, mais precisamente o Governo do Presidente Barack Obama também está atento e sensível ao tema, tanto que, em setembro do ano



passado, por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas, lançou a ideia da Parceria para Governo Aberto. Na ocasião, o Brasil foi convidado para ser o parceiro principal, o que configura uma grande honra para nós brasileiros.

Na próxima Assembleia Geral da ONU, que ocorrerá no mês que vem, essa ideia será concretizada. A Presidente Dilma e o Presidente Barack Obama, liderando um grupo em torno de 60 chefes de Estado e de governo, vão assinar declaração em que se comprometerão a adotar medidas reais para avançar nas áreas de transparência e abertura dos dados dos seus governos, além de permitirem a avaliação com base nos compromissos firmados.

Esta Casa, ciente do seu papel, deu passos largos nessa direção ao disponibilizar em seu sítio eletrônico informações institucionais sobre o seu próprio orçamento e gestão fiscal, contratos e aquisições realizadas, entre outras informações.

Mas, além de cumprir seu dever de casa, a Câmara dos Deputados quer também acompanhar, discutir e colaborar no que diz respeito à produção legislativa, elaborando leis que reafirmem o compromisso com a lisura no trato da coisa pública, na responsabilização dos agentes fraudadores e também na promoção do debate no Parlamento.

É bom lembrar que foram criadas neste ano duas frentes parlamentares convergentes nesse campo temático, a Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção e a Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública.

Nobres pares, minhas senhoras e meus senhores, imbuído no mais alto sentimento de patriotismo, convido os principais envolvidos nesse processo, bem como a sociedade civil organizada aqui representada, para tomar parte nesse processo histórico.

Sendo assim, iniciamos os trabalhos do Fórum de Debates sobre Governo Aberto — Transparência, Participação e Cidadania, que tem por objetivo introduzir a discussão de tão elevado tema no nosso Parlamento.

Como tenho dito, a transparência na gestão do País é a principal arma contra a corrupção. E essa transparência é fundamental para que o Brasil seja referência, assuma, assine e lidere compromissos internacionais, como agora na Rede Mundial



de Parceria para Governo Aberto, junto com os Estados Unidos e com outros países.

Antes de que sejam iniciadas as exposições, quero dar algumas orientações: é de 20 minutos o prazo, prorrogável, reservado para os convidados, que não poderão ser aparteados; as perguntas aos convidados serão feitas por escrito e entregues à Secretaria da Comissão; tendo em vista a impossibilidade de alguns palestrantes ficarem até o final da tarde, teremos um momento de debate ao fim de cada painel, quando os convidados responderão os questionamentos recebidos por escrito.

Este é o tema do primeiro painel: *O que é o Governo Aberto?*

Convido para tomar assento à mesa o Sr. João Bezerra Magalhães Neto, Presidente do Conselho Técnico-Científico do Instituto Brasileiro de Administração Pública.

Registro a presença do Sr. Francisco Amorim, Presidente do IBAP, que foi nosso parceiro e colaborador na promoção deste fórum.

Com a palavra, por 20 minutos, o Sr. João Bezerra Magalhães Neto.

O SR. JOÃO BEZERRA MAGALHÃES NETO - Sr. Deputado Sérgio Brito, agradeço o convite, em nome do Instituto Brasileiro de Administração Pública.

Sras. e Srs. Deputados, nós tomamos a liberdade de fazer uma primeira intervenção neste fórum apresentando um panorama sobre o tema. Não é especificamente um aspecto a ser examinado, e sim uma visão panorâmica.

(Segue-se exibição de imagens.)

O IBAP e a revista *Gestão Pública* têm envolvimento nesse assunto não diretamente, mas como observadores da cena do setor público há muitos anos, precisamente há 20 anos.

Já foi mencionado pelo Deputado Sérgio Brito que a Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública, criada no semestre passado, e ainda não instalada, já tem o apoio do Instituto. Então, é uma oportunidade muito boa para que se discuta a questão do Governo Aberto nessa moldura da gestão pública, que é a abordagem que vamos aqui enfatizar.



Na revista, que inclusive está sendo disponibilizada, na edição de julho de 2011, inseriu-se uma abordagem sobre esse tema, que vou explorar aqui resumidamente.

O foco recai sobre a lógica de governo. Não se trata de discussão sobre Estado. Claro, ao fazermos essa transição entre Estado e governo, certamente temos que nos debruçar sobre o papel da administração pública, a espinha dorsal da estrutura de Estado e de governo.

Acho que todos sabem que a iniciativa privada é a principal fonte de inspiração das metodologias de gestão que são adotadas no ambiente público. De uma forma ou de outra, o ambiente público sofre muito essa interferência, essa inspiração ou a influência desse *background*. Entretanto, gostaria de chamar a atenção de imediato para isto: o ambiente público vive sob pressão política, diferentemente, é claro, de outras entidades da iniciativa privada. É da natureza. Não é bom nem ruim, é da natureza, é assim que funciona. No Brasil ocorreram ciclos, que aconteceram em outros países também, sempre ciclos evolutivos, várias ondas de abordagem sobre a questão da gestão pública, sob a inspiração, como eu disse, da iniciativa privada.

No Brasil, no início dos anos 90, surgiu o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade, que gerou o Programa de Qualidade do Governo Federal, a reforma gerencial do Governo Fernando Henrique, praticamente. A Agenda de Gestão Pública foi lançada em 2009. Deixo como interrogação, como reflexão a continuidade ou descontinuidade disso.

Por último, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, que trata desse assunto, não explicitamente, mas perpassa o tempo.

Chamo a atenção para marcos referenciais, que não dizem respeito só ao caso brasileiro.

Primeiro, o interesse do cidadão na ação do Governo. Isso é óbvio. Assistimos o crescimento disso a cada dia. Basta ligar a televisão ou ler os jornais para se verificar que esse interesse do cidadão sobre o que o Governo está fazendo é muito forte. Esse interesse desperta a atenção da mídia de várias maneiras, não



só em relação aos casos de corrupção, aos escândalos. De uma forma geral, o interesse é muito grande.

Isso praticamente impôs uma inversão de posição daqueles que atuam no ambiente público, que passaram então, por terem sido afetados politicamente pela repercussão na mídia, a antecipar-se, a divulgar previamente notícias. Foram criados, assim, mecanismos antecipatórios de divulgação de informações e adotada uma atitude mais proativa dos gestores em geral.

A consequência dessa onda ou desse ciclo evolutivo foi que a voz do cliente, do cidadão passou ser internalizada nas organizações públicas, de tal maneira que proliferaram, e ainda proliferam, as ouvidorias. Há vários mecanismos, mas a ouvidoria talvez seja o exemplo mais emblemático de todos.

De alguma forma, para defender os usuários contra supostas prerrogativas ou exorbitâncias da estrutura do Estado, isso desaguou num ciclo a que assistimos com muita regularidade, com muita frequência, que se inicia por reclamações em geral, que, às vezes, parte delas, viram denúncias, que geram apuração, investigação criminal e até ações judiciais.

Do ponto de vista do Governo Aberto, Deputado, precisamos chamar a atenção principalmente para a inversão dessa lógica. Se o Estado sufoca a pessoa, a sociedade dá a resposta e tenta colocar o cidadão em primeiro lugar, à frente dos interesses do Estado, do Governo, da administração pública.

Os principais marcos. A liberdade de imprensa, a liberdade de opinião, de expressão, bastante antiga, e a lógica dos *ombudsmen*, também bastante forte e bastante inspiradora.

Eu ousaria dizer que essa ideia de governo aberto tem algumas precondições, que estou chamando de *sine qua non*. E menciono o chamado modelo QSP, o "*quantum satis para*". Se não tiver preenchido todas as condições... Não há como falar pela metade. Ou existe, ou não existe.

Quais são essas condições de contorno, vamos dizer assim? Claro, o ambiente é democrático, isso é o mais óbvio. Sem democracia, sem uma moldura democrática institucionalizada, não há como se falar em governo aberto. A lógica do desenvolvimento é também bastante óbvia, porque, em condições de extrema escassez ou de circunstâncias não naturais, de pobreza extrema, enfim, de



situações de conflito, não há como, sem desenvolvimento, discutir a questão e viabilizá-la.

Por fim, é claro, isso tudo deságua no conceito bastante natural de cidadania.

Direito de opinião e imprensa. É preciso que haja esses condicionantes.

Disposição para o combate à corrupção. O Deputado já mencionou isso aqui, de imediato. Não há como abrir uma discussão desse tipo e não imaginar que exista a possibilidade de surgirem denúncias dessa natureza. Não se trata de aplaudir e dizer que seja bem-vinda. Não é nesse sentido. É no sentido de que, em acontecendo, é claro, precisa haver ação enérgica e disposição para combater. E, é lógico, isso sendo emoldurado pela governabilidade e pela governança.

Examinamos esse assunto sob o ponto de vista conceitual e não encontramos uma definição precisa, como é encontrada em relação a outras nomenclaturas na área gerencial. Por isso, nós tivemos aqui a ousadia de defender a tese, em nome do IBAP e da revista, de que a ideia de governo aberto é sobretudo uma atitude, não depende de sofisticados mecanismos de tecnologia da informação e da comunicação. Eles são auxiliares, são instrumentos poderosos, mas se pode fazer governo aberto sem ter isso. Como? Ora, desde um simples gesto, uma atitude no balcão de atendimento do serviço público até a confiabilidade do que diz um gestor, um dirigente, uma autoridade. A moldura desse conceito, dessa ideia de governo aberto é a relação das instituições com o cidadão.

Não é preciso entrar em detalhes, mas é preciso chamar a atenção para o fato de que levar o assunto, ou o questionamento, ou a impossibilidade de atendimento no serviço público, à mídia, à imprensa, que será repercutido por ela, é bastante positivo nesse sentido. Entretanto, o cidadão precisa ter o seu direito garantido nos limites da instituição. É esse ponto que está sendo observado aqui.

É práxis. Em minha opinião, na opinião do Instituto e da revista, não há um receituário. Claro, existem, conforme o formato, a estratégia, as condições políticas do Estado, da administração ou do governo, que pode assumir certas características, mas não há um receituário único. Essa é a nossa visão sobre esse assunto.

Considerando especificamente as características de um país como o Brasil, o nosso entendimento é de que, no momento em que levamos em conta que temos



reunidas todas as condições de prática desse conceito de governo aberto, temos um passaporte, uma credencial de cidadania que vale para tudo o mais. Com isso, a democracia se fortalece, a credibilidade melhora a imagem das instituições, a gestão ganha efetividade, porque recebe *inputs*, recebe *feedbacks* da sociedade, da opinião pública e da mídia também, e todo o mundo ganha, especialmente o povo.

Quanto a conceito de governo aberto, na reflexão que fizemos ao longo dessas últimas semanas sobre esse assunto, o que chamou muito a atenção em relação a praticamente todos os países que pesquisamos foi que há uma crescente atuação das organizações não governamentais, sem prejuízo das iniciativas oficiais. Há uma relação episódica que surge em certos conflitos, principalmente nas relações bilaterais de caráter institucional. Acho que o caso WikiLeaks é emblemático, tomou a mídia mundial. Não é preciso esclarecer que essa divulgação de documentos ditos reservados ou confidenciais provocou um verdadeiro *tsunami* mundo afora. São muitas as experiências. Seria impossível, no tempo que nos foi reservado, mencionarmos todas. Foram citadas algumas aqui.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que há muitos acordos internacionais, muitos documentos oficiais de instituições multilaterais, ONU, Banco Mundial, que exploram a ideia de direito a informação, transparência, cidadania. O Brasil, salvo engano, é signatário de todas elas, o que nos honra muito, é claro.

Somos a bola da vez, estamos crescendo em importância. Isso traz uma oportunidade ímpar para o País, no sentido de também se mostrar como um potencial de liderança nessa rede que já foi mencionada aqui e, certamente, vai ser explorada mais adiante.

Eu não ousaria fazer aqui uma apresentação sobre a ideia do Governo Obama sobre o Governo Aberto. Não é essa a intenção. O artigo da revista dedica dois ou três parágrafos ao tema, resume isso. É uma iniciativa desde o primeiro dia do Governo Obama. Certamente o representante da Embaixada vai tocar no assunto, daí por que não vou dedicar tempo a isso. A minha percepção é de que se trata muito mais de um ideário do que realmente de uma estrutura orgânica. Por isso usei ali a palavra virtualidade.

O fato é que o debate está posto, há críticas. Percebemos que o saldo é positivo. Refiro-me ao modelo do Governo Obama. Percebemos também alguns



questionamentos, sobretudo de que estaria essa ideia de governo aberto, de algum modo, associada à estratégia de uso de mídias sociais, de diálogo direto. Em minha opinião, os resultados é que vão provar que abrir o Governo à participação e à colaboração vai trazer benefícios mensuráveis. A expectativa, lógico, é positiva, mas acho que os resultados é que vão mostrar isso.

O caso brasileiro. O Deputado Sérgio Brito, no início, fez a observação, muito pertinente, de que o País vive realmente um momento ímpar de reconhecimento internacional — isso é óbvio — e de que a gestão dos recursos públicos, quer queira, quer não queira, é mesmo prioridade. Não há recurso disponível para tudo. Isso força o debate sobre a definição de prioridades, sobretudo num modelo republicano e federativo como o nosso e com algumas desigualdades. Não há como fugir dessa discussão.

Percebemos que a postura de diversas autoridades do Governo — não é nosso objetivo explorar isso, mas apenas chamar a atenção — é uma postura muito consequente de enfrentamento da realidade, do desafio. Não é uma meta, mas, se há algum malfeito, deve-se tomar providência.

Na sociedade, de uma forma geral, a sensação de incômodo, de indignação é cada vez maior. Isso é óbvio, principalmente nesses casos mais emblemáticos que eventualmente aparecem.

Há várias iniciativas. Não seria possível citar todas. Mencionei duas ou três da sociedade civil. No âmbito do Governo Federal, principalmente, há várias. Certamente o Sr. Ministro presente vai abordá-las.

Não poderia deixar de registrar que há um conteúdo político e ideológico — não é o mais importante, mas eventualmente ele aparece na discussão — sobre essa questão da transparência e do acesso à informação. Só para exemplificar, há essa polêmica da confidencialidade dos documentos oficiais.

A reflexão que fizemos nesse artigo que foi distribuído e certamente vai ser, nas próximas oportunidades, o *leitmotiv*, a razão para discutirmos mais aprofundadamente a questão, é que todas as iniciativas são válidas. Todos esses ciclos, essas ondas que migraram da iniciativa privada e foram customizadas no ambiente público são muito bem-vindas, deram a sua contribuição, são importantes. Muitas delas ainda estão, digamos assim, perfeitamente atuantes. Mas o nosso



entendimento é de que ter um lastro constitucional, que, aliás, é exatamente o caso, é fundamental. Ancorar isso na Constituição e no crivo congressional, por meio do debate, da votação, do jogo político de interesses legítimos, faz crescer em densidade o assunto. A expectativa é de que isso reduza o risco desses desvios circunstanciais, até porque o Governo vive momentos, é natural.

A nossa ideia é de que, seja o acesso à informação, seja a transparência, seja a cidadania, seja o uso dos recursos públicos, seja a efetividade da ação do Governo, tudo depende, de uma forma ou de outra, da gestão. A nossa tese é de que a gestão deve estar a montante desse processo, de tudo, gestão sobre os insumos, gestão sobre os processos, sobre os produtos, sobre os resultados e sobre os impactos, sem nenhum demérito das demais variáveis, especialmente do controle, que, aliás, é uma das funções básicas da gestão.

Por fim, gostaríamos de deixar uma reflexão do ponto de vista de “governo aberto” — colocamos a expressão ali entre aspas para circunstanciá-la. No momento em que o cidadão não precisar requerer nada em qualquer administração pública, em qualquer serviço público, e isso for disponibilizado a ele automaticamente e de graça, pronto, está instalado o governo aberto. Essa é a percepção que nós gostaríamos de aqui defender.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Agradeço ao Sr. João Bezerra Magalhães Neto, Presidente do Conselho Técnico-Científico do IBAP, a exposição.

Não há ainda pergunta por escrito. Vamos aguardar.

Quero cumprimentar o Sr. Ministro Jorge Hage Sobrinho, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União.

Seja bem-vindo. Muito obrigado pela presença. É sempre uma honra receber o senhor aqui.

Quero convidar o Deputado Hugo Leal, autor também do requerimento referente à realização deste fórum, para ficar aqui, ao meu lado.

Vamos passar para o segundo painel.

Convido para que tomem assento à mesa os senhores diplomatas Hélio Franchini Neto, da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das



Relações Exteriores, e Todd Chapman, Ministro Conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos da América. *(Pausa.)*

Passo primeiramente a palavra ao Sr. Todd Chapman, Ministro Conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos da América, que disporá de 20 minutos.

O SR. TODD CHAPMAN - Muito obrigado, Sr. Deputado Brito.

Boa tarde, caros Deputados, Senadores, Sr. Ministro, colegas e convidados.

Quero cumprimentar o Deputado Sérgio Brito, a Câmara dos Deputados e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle por organizar este oportuno fórum sobre um assunto tão importante como governança aberta. Obrigado por me convidarem. Estou muito contente por estar hoje aqui com os senhores.

Governança aberta é um princípio com o qual nossos países estão seriamente comprometidos. Todos nós reconhecemos que há uma conexão inegável entre o modo de um governo operar e o grau de avanço do seu povo.

Quando um governo busca a participação de seu povo, toma decisões de forma transparente, oferece igualdade de justiça para todos e tem uma posição firme contra a corrupção, tanto esse governo quanto sua sociedade progridem. Sob essas condições, o talento e a energia das pessoas florescem, e os recursos desse país são usados da melhor maneira possível para promover o crescimento e dar oportunidades aos seus cidadãos.

Os governos que promovem transparência e justiça também incentivam investimentos e estimulam a inovação. Essa transparência não é apenas boa para a governança, também é boa para a prosperidade econômica.

O contrário também é verdadeiro. Quando um governo esconde seu trabalho da opinião pública, trata a elite de forma preferencial, administra a justiça de forma desigual ou não age quando se depara com infrações, esse governo falha com os seus cidadãos. Ele deixa de criar um ambiente onde as melhores ideias são adotadas e as pessoas mais talentosas têm oportunidade de contribuir. E, o mais importante, esse governo trai a confiança de seu povo. Sem confiança, o fundamento da legitimidade governamental desmorona.

Os protestos que temos testemunhado no mundo deixam esse ponto bem claro. Quando as pessoas são excluídas de seus governos, quando não podem influir nas decisões tomadas ou na maneira como são gastos os recursos



provenientes dos impostos e não podem opinar no processo político, terminam por se rebelar para fazer essas exigências.

Nesse contexto, eu sinto imenso orgulho da liderança que nossos dois países estão assumindo agora como os primeiros copresidentes da parceria sobre transparência governamental, a OGP, que é um novo esforço global para promover transparência, combater a corrupção, acelerar o crescimento econômico e incentivar a participação da sociedade civil.

Quando se encontraram em março, os Presidentes Barack Obama e Dilma Rousseff enfatizaram, em seu comunicado conjunto, seu compromisso comum com a transparência e a responsabilidade no governo.

Em 20 de setembro, nossos Presidentes vão se reunir em Nova York para lançar oficialmente essa parceria, conforme as metas estabelecidas em sua primeira reunião, em março, em Brasília. Juntamente com os outros seis Governos da Comissão de Organização, representando democracias do mundo todo — Indonésia, México, Noruega, Filipinas, África do Sul e Reino Unido —, eles assinarão a Declaração de Governo Aberto e anunciarão planos de ação concreta para colocar princípios de governo aberto em prática. Nesse evento, muitos outros países também vão se comprometer a participar da OGP e desenvolver seus próprios planos de ação nos próximos meses.

Após assinar os princípios da declaração e assumir compromissos concretos de garantir abertura e responsabilidade dos nossos Governos e sociedades, assumiremos o trabalho desafiador e compensador de cumprir esses compromissos nos meses e anos vindouros.

A OGP fornecerá uma plataforma inclusiva para que os Governos, em conjunto com a sociedade civil e o setor privado, adotem medidas para enfrentar os importantes desafios da governança no século XXI. Essa será uma conversação dinâmica, para todos nós trocarmos ideias.

Mediante parcerias com a sociedade civil, examinaremos estratégias inovadoras para que os Governos assumam suas responsabilidades e promovam a transparência.



Com o setor privado, podemos explorar o uso de novas tecnologias para aprimorar o cumprimento dessas metas. Já vemos países parceiros desenvolvendo plataformas tecnológicas para ampliar o acesso ao Governo.

Como disse o Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, quando ele e a Secretária de Estado Hillary Clinton se encontraram em julho, a OGP complementarà iniciativas multilaterais em andamento, como a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. A OGP facilitará uma troca respeitosa e construtiva de opiniões e experiências. O cumprimento dessas aspirações exigirá engajamento sustentado, já que os desafios que todos os Governos enfrentam são constantes.

Sob nosso ponto de vista, o Brasil é um parceiro ideal nessa empreitada. A Secretária Clinton citou recentemente, por exemplo, nossa admiração por seu Portal de Transparência, que dá a todos os cidadãos a possibilidade de ver como o dinheiro público aqui no Brasil está sendo gasto.

Da mesma forma, os Estados Unidos também estão comprometidos com o Governo Aberto, com práticas duradouras, como a nossa Lei da Liberdade de Informação ou nosso programa *e-Rulemaking*, que promove a formulação de leis mais eficientes, efetivas. Continuamos dedicados aos princípios da boa governança e ansiosos não por só compartilhar as melhores práticas que temos aprendido, mas também, ao mesmo tempo, por aprender com nossos parceiros ao redor do mundo. Acho que podemos nos orgulhar do papel exercido pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos na OGP. Essa iniciativa é outro exemplo da maturidade e da profundidade da nossa relação bilateral e ilustra muito bem o desejo do meu governo de trabalhar mais e mais com o Brasil para enfrentar os desafios globais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Agradeço ao Sr. Todd Chapman, Ministro-Conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos da América, pela exposição.

Passo a palavra ao Diplomata Hélio Franchini, da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, que disporá de 20 minutos para fazer sua exposição.



O SR. HELIO FRANCHINI NETO - Muito obrigado, Deputado Sérgio Brito, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Ministro Jorge Hage, Deputado Hugo Leal, também autor do requerimento, Srs. Parlamentares, senhores palestrantes, senhoras e senhores, gostaria, inicialmente, de cumprimentar os Srs. Deputados Sérgio Brito e Hugo Leal pela iniciativa de realização desta audiência e agradecer pela oportunidade de falar e de ampliar alguns aspectos e algumas ideias sobre essa iniciativa que seis a oito países, tendo o Brasil e os Estados Unidos como copresidentes do grupo, estão preparando para lançar no dia 20 de setembro.

A minha ideia seria desenvolver alguns aspectos que o Ministro Todd Chapman já comentou. Refiro-me ao contexto internacional em que surge e no qual se desenvolverá a iniciativa, a parceria para o governo aberto. Tenho certeza de que elementos sobre os projetos brasileiros sobre algumas características dessa iniciativa serão comentadas em outras intervenções.

Mas é importante destacar que a parceria se insere ou surge num contexto em que já existem várias iniciativas, convenções, mecanismos que procuram lidar de uma forma ou de outra com questões como transparência, governabilidade, combate à corrupção. No caso, eu destacaria três convenções das quais o Brasil é parte: Convenção da ONU Contra a Corrupção, Convenção da Organização dos Estados Americanos Contra a Corrupção e Convenção Contra a Corrupção da OCDE. No caso da OCDE, é um convenção um tanto particular que se dedica ao combate à corrupção em transações internacionais. O fato é que essas convenções geram obrigações, geram a necessidade de medidas a serem adotadas pelos Estados, inclusive, possuem mecanismos para a revisão e a avaliação dos países da implementação dessas obrigações.

O fato, porém, é que as características de desenvolvimento dessas convenções podem, muitas vezes, ter particularidades ou velocidades específicas. No caso da ONU, por exemplo, são 180 países. Então, é natural que o processo de desenvolvimento e de implementação dessa convenção possa ter que tomar, às vezes, a velocidade requerida pela diferença dos Estados. Mas o fato é que, especialmente a partir de 2008, com a crise financeira e a necessidade de se buscar mecanismos de ampla transparência, não apenas relativa ao Governo, houve, sim,



um novo movimento para a busca de mecanismos de promoção da transparência ou formas de acelerar, ou de aprimorar, ou de contribuir para os mecanismos já existentes. É nesse contexto que temos a parceria para o governo aberto. São países que já cumprem ou buscam cumprir suas obrigações no âmbito das convenções internacionais e que têm a disposição de implementar novas medidas ou de avançar em aspectos como transparência, governabilidade e combate à corrupção.

É preciso, então, destacar dois elementos: a parceria para o governo aberto não pretende substituir ou se sobrepôr às iniciativas já existentes. Como mencionou o Ministro Todd Chapman, é um complemento, é um exercício voluntário, que poderá contribuir — e acreditamos que poderá contribuir muito — para que os Estados que tenham esse compromisso possam buscar novos meios, novas ideias para implementar seus planos, seus projetos sobre o governo aberto.

O segundo elemento é a forma como vem se desenvolvendo a OGP. Trata-se fundamentalmente de um mecanismo de autoconhecimento dos Estados, de reflexão sobre esses temas e de promoção ou de divulgação de boas práticas. Ou seja, todos os Estados, de certa forma, têm o que ensinar e têm o que aprender. Um mecanismo como esse oferece o foro ideal para que, de uma forma aberta, de uma forma cooperativa, os Estados possam desenvolver ou apresentar mecanismos e conhecer as práticas e as experiências dos outros na temática da promoção da transparência. Não estamos falando aqui de uma declaração em que o mecanismo gerará obrigações jurídicas não é vinculante, é um exercício voluntário. E, também, cada Estado tende a definir as seus próprios compromissos no âmbito da OGP. Também não pretendemos gerar, em nenhum momento, uma duplicação de esforços ou uma repetição dos elementos existentes.

Então, a OGP — pelo menos é essa a intenção — terá sempre um contato, uma interação com os demais mecanismos da ONU, da OEA e da OCDE que estão sendo desenvolvidos.

Essa, portanto, era a breve menção que eu pretendia fazer a esse contexto internacional, deixando o espaço aberto para perguntas e esclarecimento de eventuais dúvidas sobre os demais mecanismos.



Agradeço mais uma vez ao Sr. Deputado Sérgio Brito pela oportunidade de falar e aos demais pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Agradeço ao Diplomata Hélio Franchini Neto, da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores por sua exposição.

Passo a palavra ao Deputado Hugo Leal para suas considerações e suas perguntas sobre o primeiro e o segundo painéis.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. pela oportunidade de debatermos esse tema nesta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Não sou membro da Comissão, mas entendi a relevância do tema em visita que fiz recentemente à Embaixadora Maria Luíza Viotti na ONU — já vinha sendo discutida a questão da transparência e do governo aberto. Na ocasião, entendi que não poderia existir momento mais propício para o Brasil, especialmente, discutir o assunto.

A grande preocupação, que o Ministro-Conselheiro Todd Chapman e o Diplomata Hélio manifestaram, refere-se às linhas-mestras que estabelecem o princípio do entendimento *da Open Government Partnership — OGP*.

Essa a linha mestra que vai vincular, não como método jurídico — entendi o que V.Exa. disse —, mas com ações novas. Por isso estimei o Presidente a promovermos esse fórum de debates. O que de novo poderia ser acrescentado a essas relações dos países? Estados Unidos e Brasil têm já uma cultura de transparência e de acesso às informações, principalmente os Estados Unidos. O Brasil já tem essa cultura. Temos o Portal da Transparência, o Observatório de Despesa Pública, que recentemente recebeu um prêmio na Tanzânia, se não me engano, da Organização das Nações Unidas.

Como poderíamos, até para podermos explicar à população o nosso papel de Parlamentares, definir o que significa governo aberto ou *open government*? Como isso pode se traduzir no dia a dia dela?

Do lado do Brasil, uma das propostas mais relevantes que tramitam nesta Casa de leis é o Orçamento, peça fundamental para a qual todas as atenções deveriam estar voltadas — afinal de contas, estamos definindo a aplicação de



recursos. O Orçamento do País hoje é só para maratonistas — vou usar essa figura de linguagem —, só quem tem muita disposição ou quem tem um foco específico pode acompanhar a sua tramitação.

Eu gostaria de saber em que poderíamos melhorar a nossa atuação — cidadãos e Parlamentares. Em que a OGP poderia nos auxiliar, principalmente em relação ao orçamento público?

Quando se diz a uma pessoa que o nosso Orçamento gira em torno de 1 trilhão e 600 milhões de reais, ela já sai do seu dia a dia. Como estimular isso? Focando no Orçamento, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, por meio do SIAFI — Sistema Integrado de Administração Financeira, do Tesouro Nacional, ainda restrito aos Parlamentares e a quem está atuando na área.

Um outro instrumento é o SICONV — Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal, que ainda não aberto. No sistema de convênios se estabelece a relação das entidades públicas e das não governamentais com o poder público.

Onde essa experiência de governo aberto poderia surtir... A nossa expectativa, Ministro Jorge Hage, é de fazer esse evento antes da assinatura do documento pelos Presidentes, em setembro, e, logo em seguida, de avaliar a implementação dessas propostas, para não nos perdermos nas circunstâncias.

Para ser prático nas minhas perguntas, gostaria de saber a respeito da experiência americana em relação ao orçamento, ao acompanhamento da aplicação das receitas, ou seja, da realização da despesa pública americana. Como isso poderia nos auxiliar? E nós, em que poderíamos auxiliar? Esse é um ponto específico, mas imagino que, quando presidentes de países relevantes como Brasil e Estados Unidos — outros estão aderindo — sentam-se para discutir, devem apresentar alguma proposta palpável.

A pergunta que faço ao Diplomata Hélio Franchini, que depois farei ao Ministro, é: tramita na Casa o PLC nº 41, de 2010, que fala sobre o acesso a informações. De que forma a agenda legislativa pode auxiliar para que o produto dessa discussão seja efetivo? Esse é o dever de casa que nós, Parlamentares, temos de fazer.



Tenho uma pergunta também para o Prof. João Magalhães. Na sua apresentação, ele falou sobre algo que me chamou bastante atenção: a preocupação de que isso não se torne repetitivo, de não ficarmos falando sobre a mesma coisa. Ele falou no cuidado que devemos ter para que as circunstâncias não sejam as mesmas, só que com uma roupagem diferente. Não sei se S.Sa. está entendendo, mas para mim é importante saber, na sua visão crítica, em que ponto se pode entender que isso seja uma repetição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Com a palavra o Dr. Todd Chapman.

O SR. TODD CHAPMAN - Muito obrigado, Deputado, pelas suas observações e por perguntar como estamos pensando em relação a essa iniciativa e por que queremos ficar envolvidos. Para nós, simplesmente, é uma ótima oportunidade de compartilhar nossas experiências, mas também de ganhar com as experiências dos outros, porque com 40, 50, 60 países se oferecendo para trabalhar com a *open government*, governança aberta, vamos aprender. Isso é muito bom para o nosso Governo e para os outros governos também. Então, temos interesse nisso.

Também pensamos que é uma ótima maneira de desafiar todos nós para fazermos mais, para sermos mais e mais abertos, para o benefício dos cidadãos. Para nós, esse tipo de esforço é muito importante e mostra não somente ao nosso povo, mas também ao mundo, a importância da transparência na governança.

Com relação ao orçamento, não sou esperto nisso, mas posso dizer que ele é examinado nos Estados Unidos detalhadamente. Quando algum Senador ou Deputado quer gastar dinheiro, isso é debatido e analisado em detalhe por muitos grupos da sociedade civil, empresas, *lobbies*, governos estatais. E, mesmo sendo, às vezes, um pouco frustrante, uma vez que há muitas vozes reclamando que não somos só nós que temos essa experiência, é bom para o sistema e produz um governo mais participativo. Então, não somente os gastos são feitos de melhor maneira e mais transparente, mas também a importância que todos nós americanos sentimos por estarmos participando. Assim, quando pago meus impostos, também tenho o direito de influenciar no gasto desse dinheiro. Isso resulta numa governança mais participativa.



Então, para nós, essa experiência de trabalhar com o Brasil nesse *partnership* será uma experiência linda e produtiva para o nosso país e para outros.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Pois não, Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, quero só fazer uma réplica.

Nosso orçamento é também bastante debatido, estamos divididos em várias subcomissões. A tramitação do orçamento nos Congressos, imagino, por força da norma regimental, prevê uma série de análises a serem feitas dentro dos critérios ali estabelecidos, com o acompanhamento dos Estados. Isso sempre no poder público.

Mas como a sociedade lá participa? Só para citar um exemplo recentíssimo, o Presidente Barack Obama foi à televisão manifestar-se sobre o aumento do teto do endividamento, o que ele levou para uma discussão popular, situação que seria até bastante surpreendente. A população pergunta: “*O que eu tenho a ver com isso?*”; “*Sim, tem a ver com você*”. E ele conseguiu, num momento de bastante aflição, levar o tema para a sociedade discutir.

Antes dessa circunstância da história atual há um histórico de participação população no orçamento federal? Que tipo de instrumento existe nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Dr. Todd.

O SR. TODD CHAPMAN - Existem várias maneiras de os cidadãos participarem do processo. Na parte federal, que é a maior, pode o cidadão ligar para o seu Deputado para reclamar. Isso é muito comum. Há também as audiências, mais ou menos como estamos tendo aqui neste momento, para as quais são convidados representantes da sociedade civil para apresentar os vários pontos de vista. Isso é bem organizado. Em muitas cidades, nos Estados Unidos, isso é aberto a todo e qualquer cidadão. Eles entram e perguntam: “*Por que estão pagando 100 dólares para os bombeiros?*”.

Então, é muito participativo, mas é através dessas reuniões, na maioria, e também, claro, sempre indiretamente, através da imprensa e da pressão social. Mas é muito através dessas audiências formais dentro do Congresso que a sociedade civil pode se expressar representando o povo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Passo a palavra ao Dr. Hélio Franchini Neto.

O SR. HÉLIO FRANCHINI NETO - Muito obrigado.

Deputado, em termos de experiências ou de como pode haver uma contribuição da OGP, é preciso olhar o processo, ou seja, a estrutura que se está pensando para o próprio mecanismo, além de uma declaração de princípios que será adotada pelos Estados. Conforme mencionado, cada Estado apresentará um plano de ação com compromissos relativos à promoção da transparência que deverão ser implementados ao longo de 1 ano. Depois deve-se rever o processo para verificar como foi o processo de avaliação, de implementação dos compromissos.

Todo esse processo tem como dado fundamental — talvez essa seja uma das grandes vantagens da parceria — a participação da sociedade civil. Cito o exemplo do próprio comitê organizador da parceria, composto por oito Estados e nove organizações não governamentais. Ou seja, a participação da sociedade civil ocorre a todo momento. Então, espero que, nesse processo, a conformação, a elaboração, de um plano nacional de ação suscite e estimule o debate sobre esse tema. E, na medida em que os Estados forem apresentando seus planos de ação e que esse debate for sendo ampliado dentro do comitê, será possível conhecer experiências e desafios. Cada Estado terá a oportunidade, em dado momento, de verificar eventuais dificuldades ou obstáculos à implementação e, se for o caso, procurar as soluções que outros Estados encontraram para problemas semelhantes, buscar assistência técnica, que é um elemento que pode estar presente.

É realmente o estabelecimento de um foro que contém elementos e também é orientado pelos princípios que regem os demais compromissos multilaterais assumidos, mas que oferece maior liberdade para que os Estados busquem soluções para os seus desafios em matéria de transparência.

No que diz respeito à lei de acesso à informação, peço licença ao Deputado para deixar essa pergunta em aberto para o Ministro Jorge Hage, que poderá respondê-la melhor que eu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Deputado Hugo Leal.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É só um complemento, Presidente.

Entendi, Hélio, que esse será o esforço de cada um nessa parceria. O que a nossa Presidente está levando de concreto das ações que o Brasil está realizando? Uma ou duas ações, por favor.

O SR. HÉLIO FRANCHINI NETO - Os oitos Estados fundadores da OGP deverão apresentar, no dia 20 de setembro, seus planos nacionais. Os demais Estados que tiverem o desejo de aderir à iniciativa terão 6 meses mais para elaborar seus planos de ação e os apresentarão, no primeiro trimestre de 2012, numa reunião que ocorrerá no Brasil.

Quanto aos elementos substantivos do nosso plano, mais uma vez teria de pedir desculpas ao Deputado e deixar para o Ministro, porque a CGU é o órgão que tem trabalhado na preparação do plano brasileiro, e imagino que S.Exa. terá melhores condições que eu de apresentar os elementos objetivos do referido plano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Obrigado.

Passo a palavra ao Dr. João Magalhães Neto.

O SR. JOÃO BEZERRA MAGALHÃES NETO - Agradeço pela oportunidade que o Deputado Hugo Leal nos oferece de esclarecermos um pouco melhor a abordagem, que foi bastante superficial, até devido ao tempo.

Na apresentação dissemos que esse conceito de governo aberto está no meio do caminho entre Estado e administração pública. Pontuamos que não é uma política de Estado. Pelo menos não é assim que estamos vendo. É uma iniciativa de Governo. Para que ela tenha perenidade, para que de fato seja algo que represente o pensamento do País, da sociedade, precisa ter lastro constitucional, em primeiro lugar. Essa foi a lógica que pretendemos defender.

Isso significa dizer que, quando defendemos a ideia de ciclos evolutivos e de ondas, não havia qualquer sentido negativo ou pejorativo. Ao contrário, era mais o reconhecimento de que, num ambiente complexo de Estado, de governo, de administração pública, é preciso haver uma certa generosidade dos governos em reconhecer as contribuições dadas pelos antecessores no sentido de aprender, inclusive com os erros cometidos, porque esse é um processo de crescimento evolutivo. Vai-se aditando alguma coisa, vai-se acrescentando alguma coisa. E, se a mudança de governo representar uma ruptura no modelo de gestão, não será



benéfica para a sociedade nem para o País. Haverá uma conta da descontinuidade, que terá de ser paga, e será paga pelos impostos. Não há outro mecanismo.

Então, deve ser um governo aberto e pensado dentro da moldura constitucional, em primeiro lugar, e as iniciativas de explicitação desse governo aberto na administração pública, no serviço público, devem se dar por meio de instrumentos legais discutidos e aprovados em âmbito congressual, porque, no nosso entendimento, é mesmo na Casa do povo que se tem de decidir as prioridades, como bem lembrou o Deputado. Em última análise, trata-se de fazer um balanço, um contraponto entre impostos e serviços. E essas duas variáveis não são independentes. Ao contrário, são absolutamente imbricadas e precisam ter uma relação homogênea. Os serviços devem ser compatíveis com os impostos, senão, sempre ficará na opinião pública a sensação de que os serviços são aquém dos valores dos impostos cobrados.

Era essa a minha observação.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Posso fazer um complemento, Presidente?

Prof. João Magalhães, V.Sa. fala da questão da continuidade, de não haver ruptura dentro da administração pública. É um processo de evolução. V.Sa. também menciona que o País passou por várias etapas. Por exemplo, houve no País o Ministro da Desburocratização, o famoso Ministro Hélio Beltrão, que nos trouxe uma visão nova, moderna de administração. Depois tivemos o programa de reformulação; tivemos o MARE — Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado; em seguida tivemos o programa de qualidade na administração pública.

Na opinião de V.Sa., o governo aberto é uma evolução disso tudo, é um somatório desses programas ou é uma ação nova, uma inovação, no sentido de que consolida todo esse trabalho anterior?

O SR. JOÃO BEZERRA MAGALHÃES NETO - Mais uma vez agradeço pela oportunidade de esclarecer.

Não tivemos a pretensão de fazer uma conceituação do governo aberto. Defendemos a ideia de que governo aberto é uma atitude, em primeiro lugar, é uma postura de respeitar o direito constitucional à informação. Isso perpassa por um governo específico. E, como muito bem lembrou o Deputado, o País já viveu esses



ciclos, essas ondas, que, de alguma forma, trouxeram benefícios claros. Também houve alguns fracassos, é preciso reconhecer.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Nós aprendemos muito mais com os fracassos, mas os benefícios estão internalizados.

O SR. JOÃO BEZERRA MAGALHÃES NETO - Enfim, essas iniciativas, a exemplo do governo aberto, especialmente quando ancoradas em instituições internacionais, funcionam como uma ancoragem muito positiva e evitam, no nosso entendimento, que haja esses ciclos episódicos, que, às vezes, são enfrentados em momentos, por circunstâncias, e a opinião pública acaba, às vezes, contaminando-se por essa ideia de corrupção, de escândalo, como se o surgimento, a explicitação de um problema em qualquer setor da administração pública fosse algo que devêssemos esconder. Não há o que esconder. Ao contrário, isso deve ser enfrentado, é do processo democrático.

Para encerrar a minha intervenção, Deputado, entendo que isso é como uma corrida de 42 quilômetros, uma maratona, e não uma corrida de 100 metros rasos, e com passagem de bastão. É preciso que haja um fio condutor que seja do interesse do cidadão, da sociedade. É isso que tem de fazer a coisa avançar, com o cidadão em primeiro lugar. Essa a tese que defendemos na nossa apresentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Quero agradecer ao Sr. João Magalhães Neto, palestrante do primeiro painel, *O que é a Parceria para o Governo Aberto*, ao Diplomata Hélio Franchini Neto, da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, e ao Dr. Todd Chapman, Ministro Conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos da América, palestrante do segundo painel *A Visão Internacional Sobre o Governo Aberto*.

Vou desfazer a Mesa, com exceção do Ministro Jorge Hage, e agradecer aos senhores expositores. *(Pausa.)*

Passo, então, ao terceiro painel, *O Governo Aberto e o Poder Executivo*. O Sr. Ministro Jorge Hage Sobrinho, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, encontra-se ao meu lado. Convido o Dr. Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República.

Passo a palavra, por 20 minutos, ao Ministro Jorge Hage Sobrinho.



O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Sr. Deputado Sérgio Brito, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, é uma alegria voltar a esta Casa para compartilhar com os membros desta Comissão, os demais Parlamentares, os servidores da Casa, Assessores, jornalistas e companheiros de mesa, mais um debate da maior importância, como todos os debates realizados por esta Comissão.

Para mim é uma satisfação voltar à Casa dos representantes do povo brasileiro para discutir temas de interesse da sociedade. Particularmente nesta oportunidade, para discutir a parceria para um governo aberto, da qual o Brasil está participando na condição de cofundador e membro do comitê diretor junto com os Estados Unidos da América, o que tem especial significado.

Início minha apresentação, cuidando para não ultrapassar o tempo que me foi assinalado de 20 minutos, fazendo uma rápida explanação das razões pelas quais o Brasil foi escolhido, foi o primeiro País a ser convidado pelo Presidente Barack Obama, para, ao seu lado, ser o colançador dessa iniciativa, em seguida acrescida por mais seis outros países das diversas regiões do mundo.

Por que o Brasil? Eu diria que, na nossa avaliação, pelo que o Brasil já vinha avançando e progredindo, com grande esforço, rompendo uma cultura que, sem dúvida nenhuma, não é da nossa tradição, de abertura governamental. Eu diria que, nos últimos 10 anos, aproximadamente, o Brasil deu passos importantes que justificam, que explicam por que o governo norte-americano dirigiu-se, antes de qualquer outro, ao Brasil para, junto consigo, lançar essa iniciativa.

Aqui eu trago uma linha do tempo de avanços em matéria de transparência pública no País. Eu diria que nós começamos no ano de 2000, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse, ao meu ver, é o primeiro marco, onde, em termos de legislação, temos previsões específicas, mandatórias de transparência, de publicidade a informações, claro que no campo estritamente fiscal e orçamentário, no caso, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse mesmo ano de 2000, a iniciativa do lançamento de uma nova forma de licitação para compras públicas, o pregão eletrônico, também coloco como um avanço, um ponto importante em medidas asseguratórias de transparência, aí já não



apenas a transparência fiscal, de números, mas a transparência na prática de um ato da maior importância: a licitação para a realização de compras governamentais.

Em 2004, o lançamento do Portal da Transparência é outro marco, sem dúvida nenhuma, histórico na evolução das medidas de abertura de informações, de abertura de Governo no País. O Portal da Transparência, sobre o qual eu me deterei um pouco mais logo adiante, lançado em 2004, procurou responder exatamente a uma daquelas indagações que faz aqui o nobre Deputado que requereu a realização desta audiência, Hugo Leal: como fazer com que o Orçamento, coisas herméticas como o SIAFI, que é a execução do Orçamento, passem a ser inteligíveis para o cidadão? Não só passíveis de acesso, mas compreensíveis, uma vez que o SIAFI, somente os Srs. Parlamentares, muito bem assessorados por alguns “siafeiros” pós-graduados — porque aquilo exige realmente uma pós-graduação — têm condições de compreender, não é qualquer mortal.

Então, traduzir o SIAFI para a população é o Portal da Transparência. O Portal da Transparência procurou exatamente fazer isto: traduzir para a linguagem cidadã informações absolutamente herméticas, se não esotéricas.

Em 2005, as páginas de transparência pública de cada órgão, de cada Ministério, de cada autarquia, de cada fundação. Também em 2005, houve a ampliação do pregão eletrônico para outras hipóteses; 2006 nos trouxe os primeiros portais da transparência em Estados e Municípios, muitos deles através de convênios de cooperação técnica com a Controladoria; 2007 foi marcado por uma outra medida importante de transparência, o fim das chamadas contas do tipo B, que eram as contas bancárias onde os servidores depositavam os recursos sacados no banco para as chamadas despesas de pronto pagamento, suprimento de fundos, que não tinham nenhum grau de transparência na sua execução e que, a partir de 2007, deixaram de ser passíveis de aplicação por esse meio e passaram a ser feitas obrigatoriamente através do cartão eletrônico de pagamento do Governo Federal.

Transparência para o cartão de pagamento é um exemplo emblemático do poder da transparência, do efeito da transparência, e do custo político dela, que não pode ser minimizado. Quando o Governo Federal teve a coragem de colocar na Internet, de repente, as faturas de pagamento dos cartões, pagou um preço político, na época.



Houve um reboliço, um pretenso escândalo, que na verdade representava, em alguns casos, a ocorrência de irregularidades que, sem a menor dúvida, ocorreram durante décadas, senão séculos, sem que ninguém delas soubesse, uma vez que essas despesas eram feitas através do saque do dinheiro no banco, quando não por pagamento em cheque, ou, pior ainda, dinheiro guardado na gaveta do servidor, que ia fazendo as chamadas despesas de pronto pagamento, e delas só prestava contas meses depois, prestação de contas essa da qual ninguém mais tomava conhecimento, a não ser o próprio autorizador.

Colocamos isso tudo, de repente, na Internet. E aí ocorreu o que tinha que ocorrer: o choque de transparência. Durante algum tempo questionou-se longamente uma compra indevida de uma tapioca de 8 reais; questionou-se devidamente, corretamente, uma compra indevida feita num *free shop*; questionou-se, sem nenhum fundamento, a compra de tecidos para a colocação das medalhas que a Marinha brasileira utiliza nas cerimônias de condecoração, pelo simples fato de que a compra fora feita numa loja cuja razão social era O Rei das Pelúcias; foi dito que a Marinha estava comprando bichinhos de pelúcia; questionou-se, sem nenhum fundamento, o fato de que a Polícia Federal estava pagando seios artificiais, de silicone, simplesmente porque a razão social da empresa na qual foi feita a despesa era um nome que induzia a esse entendimento. Ocorre que aquela despesa tinha sido feita para pagar a entrega de uma arma na campanha do desarmamento, e a Polícia Federal, ao pagar à dona da arma, pediu que fosse pago em nome da empresa dela, que era um salão de estética. Ou seja, a polícia não estava pagando seios de silicone; estava pagando por uma arma.

Enfim, tudo isso é o preço da transparência. Preço, em alguns casos, merecido, em outros, nem tanto. Mas é assim que se evolui, é assim que se caminha. Hoje ninguém fala mais no cartão de pagamento nem nas despesas miúdas de pronto pagamento, porque está tudo exposto.

Com a exposição — e aí vem a parte mais importante do aprendizado —, todos passaram a ter muito mais cuidado e cautela na realização dos seus gastos, porque não é só de corrupção que se trata, trata-se da correta aplicação do dinheiro público, da observância de todos os cuidados, de todas as cautelas, de evitar o desperdício. É de tudo isso que se trata. E, quanto à a transparência, sem dúvida



nenhuma, não podemos nunca esquecer a famosa frase do juiz norte-americano Louis Brandeis: *“Não há desinfetante melhor do que a luz do sol”* Não há antídoto, não há vacina melhor contra o desperdício, o pouco caso com o dinheiro público, e mesmo a corrupção, do que a transparência.

Bem, passando do cartão de pagamento, nós, ainda em 2007, temos o Sistema de Convênios, SICONV, que já foi mencionado hoje aqui pelo Deputado Hugo Leal. Falta, no sistema de convênios, sim, ampliar as possibilidades de acesso. Já existe acesso para o cidadão, mas ele ainda é restrito, precisa ser ampliado. E as dificuldades que o Ministério do Planejamento apresenta não significam nenhuma intenção de não abrir mais; são dificuldades materiais, de recursos, do custo de construção dessas soluções no sistema, bem assim a demora inevitável na burocracia e a sobrecarga do SERPRO.

(Segue-se exibição de imagens.)

Hoje, o calcanhar de aquiles de todos os órgãos da Esplanada, quando pretendem avançar mais, é a sobrecarga do SERPRO, que apoia esse trabalho de tecnologia. E realmente o SICONV ainda está atrasado nessa parte.

Em 2008, outro passo na transparência pública foi dado com a abertura, no site da CGU, do Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, onde concentramos as informações de todos os órgãos públicos da administração federal, do Poder Executivo ou de fora dele, entre eles o TCU e outros Poderes, e também dos Governos Estaduais que quiseram aderir, para que seja divulgado num lugar só o nome de todas as empresas declaradas inidôneas por fraude em licitação e outros ilícitos contratuais, ou suspensas temporariamente, para que se possa dar eficácia real à previsão da Lei nº 8.666, que sempre foi no sentido de que a empresa punida por um órgão público não pode fornecer mais a nenhum órgão público, e não somente àquele que lhe aplicou a pena. Como ninguém sabia quem havia sido punido pelo outro, porque não havia transparência nisso, as empresas continuavam, punidas por um órgão, fornecendo a outro, tranquilamente. Hoje isso não acontece mais, graças também a essa medida, que é simplesmente de transparência. Não aumentaram excessivamente as punições. Elas também aumentaram, em razão de outras medias nossas, mas o importante aí não é o aumento, o importante é a divulgação, é a exposição.



Em 2009, esta Casa aprovou a Lei Complementar nº 131, que tornou obrigatório para União, Estados e Municípios, gradualmente, em 4 anos, respeitadas as circunstâncias de cada esfera do sistema federativo, a obrigatoriedade de expor os dados de sua execução orçamentária em tempo real. O Governo Federal e os Estados já estão cumprindo a norma, que entrou em vigor no ano seguinte, e também os Municípios maiores. Os Municípios menores estarão, todos eles, em mais 2 anos, atingidos por essa obrigatoriedade.

O ano de 2009 também marca outro avanço: o envio a esta Casa, pelo então Presidente Lula, do projeto de lei de acesso à informação, aqui já mencionado. Esse projeto de lei de acesso à informação, que ainda está, infelizmente, parado no Senado, foi grandemente aprimorado, aperfeiçoado na Câmara, com a superação de algumas das suas falhas. Mas, lamentavelmente, está barrada a sua tramitação, espero que temporariamente, uma tramitação que deveria ter sido célere, porque esperávamos que tivesse sido possível à Presidente Dilma Rousseff sancionar o projeto em maio, no Dia Mundial de Acesso à Informação. Não foi possível. Espero que não tenhamos de esperar o próximo maio para celebrar sua aprovação.

Por que é importantíssima a aprovação dessa lei? Porque o Brasil já avançou muito no que nós chamamos transparência espontânea, ou seja, aquilo que os órgãos públicos espontaneamente colocam na Internet. Isso é maravilhoso. Mas há um outro lado da transparência: a transparência demandada, provocada, pedida por determinado cidadão que quer conhecer determinado documento. Para isso nós não temos ainda legislação adequada. Temos a previsão constitucional do direito do acesso à informação, no art. 5º, entre as garantias fundamentais, mas só foi regulamentada até agora a parte que se refere ao que não pode ser divulgado, ou seja, foram ressaltadas as informações que põem em risco a segurança da sociedade e do Estado. Esta parte foi regulamentada. A parte principal não foi. Não se disse como o cidadão pode pedir a informação, a quem deve se dirigir, qual a forma de fazê-lo, de que recursos ele dispõe caso lhe seja negada a informação, que prazos tem o servidor público para prestar a informação, qual é a punição para o servidor público que se negar a dar a informação sem justificativa e, acima de tudo, quais são os prazos pelos quais é possível impor o sigilo — 5, 15, 25 anos, e com



uma renovação só, que é a forma que saiu desta Casa e que nós esperamos que seja aprovada.

Este é, eu digo aqui incidentalmente, o único ponto que ainda falta o Brasil preencher para ter a nota máxima nos critérios atuais da OGP. Dos 16 pontos da pontuação máxima possível, o Brasil tem 15. O que falta é essa lei de acesso à informação.

Em 2010, novos passos foram dados: Portal da Copa, Portal das Olimpíadas e atualização diária do Portal da Transparência. Vale dizer que todos os gastos feitos até ontem à noite, por todos os órgãos federais, já estão no Portal da Transparência da CGU hoje pela manhã. Durante a noite as equipes trabalham para alimentar o Portal, a cada dia, com todos os dados de todas as despesas, empenho por empenho, liquidação por liquidação, ordem de pagamento por ordem de pagamento. Poucos países no mundo têm sistema semelhante.

É por tudo isso que em 2011 o Brasil é convidado a ser um dos cofundadores, um dos lançadores dessa iniciativa do Governo Aberto.

O Portal da Transparência, na sua conformação atual, mostra-nos os gastos em base diária, sejam os gastos diretos do Governo Federal, sejam as transferências para Estados e Municípios. E nos mostra também as empresas punidas. Há possibilidade de *download* para visualização em gráficos, e ainda pretendemos aprimorá-lo nas próximas etapas. Um dos compromissos que o Brasil vai assumir no seu plano de ação do Governo Aberto é a apresentação de dados em formato de dados abertos, o que significa a possibilidade de o usuário manusear esses dados, “retrabalhá-los”, cruzá-los e fazer as pesquisas e análises que quiser. Esse será um dos próximos avanços do Portal da Transparência.

Aí está o total de valores expostos no Portal: 8 trilhões de reais, já, dos orçamentos desses anos, mais de 1 bilhão de transações registradas e média mensal de visitas de 258 mil.

Embaixo os senhores têm a evolução do número de acessos ao Portal. Esse dado é para nós de essencial importância, porque ele indica que a população está efetivamente usando o Portal. De nada adiantaria tudo o que eu expus até agora, se não fosse esse gráfico de barras, ou seja, se não estivesse havendo um efetivo aumento das visitas, da utilização pela população. No primeiro ano, 2005, nós



tivemos no ano a quantidade de visitantes que temos hoje por mês. Essas 285 mil visitas no ano nós poderíamos atribuir aos jornalistas investigativos, às ONGs que fiscalizam o poder público, aos Parlamentares da Comissão de Fiscalização. Estes já dariam conta de 280 mil visitas por ano. Mas dariam conta de quase 3 milhões? Seguramente, não são só esses os públicos que estão usando o Portal. Isso é da maior importância para nós. É o cidadão que está usando o Portal. Nós não temos na imprensa, no Parlamento e nas ONGs uma tal quantidade de investigadores, que desse conta de 3 milhões de visitas por ano. Seguramente o cidadão está usando o Portal, e isso é o mais importante.

O Portal foi premiado sucessivas vezes. Praticamente não passamos nenhum ano sem receber algum destes prêmios, da maior importância: Prêmio Nacional de Desburocratização Eletrônica, Prêmio TI & Governo, Inovação na Gestão Pública, avaliação da ONG Contas Abertas, e por aí vai.

Depois, como eu já mencionei, lançamos o Portal da Copa e o Portal das Olimpíadas, onde pretendemos mostrar toda a evolução dos projetos, desde a apresentação até a execução, e fazer um acompanhamento com fotografias da execução das obras.

Numa segunda área da OGP, que é a participação da cidadania, além, obviamente, daquela que decorre naturalmente da disponibilidade das informações nos portais, há outras medidas, que estão aí muito resumidas porque cada uma delas daria uma conferência específica. Exemplo é o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, que mobiliza e capacita cidadãos, membros de conselhos locais — Conselho da Merenda, Conselho do SUS, Conselho do Bolsa Família, etc. Damos treinamentos tanto a distância como presenciais para esses agentes, que são da maior importância e que precisam funcionar cada vez mais nacionalmente.

Então entramos na OGP propriamente dita, à qual o Brasil se credencia por sua história recente, da última década principalmente.

Como começa essa parceria? Ela começa com o discurso do Presidente Barack Obama na Assembleia Geral da ONU, há 1 ano, em setembro de 2010, quando ele diz, entre outras coisas, o seguinte, em tradução livre nossa: *“Quando nos encontrarmos novamente aqui, no próximo ano”* — ou seja, agora, em setembro de 2011 — *“deveríamos trazer compromissos específicos de promoção da*



transparência, de luta contra a corrupção, de fomento ao engajamento dos cidadãos e de alavancar novas tecnologias, de maneira que possamos fortalecer os alicerces da liberdade em nossos países, ao mesmo tempo em que nos colocamos à altura dos ideais que podem iluminar o mundo”.

A partir daí surge no Governo dos Estados Unidos a ideia de propor à comunidade global que tantos países quantos queiram se engajem nessa iniciativa. Já havia o projeto Governo Aberto do Governo norte-americano, internamente, e ele lança a ideia de uma conclamação aos países do mundo inteiro, para que se engajem. Na busca de uma forma de começar, ele convida o Brasil.

Recebi ainda em novembro de 2010 o convite para uma primeira reunião em janeiro, com participação já autorizada expressamente pela Presidente Dilma Rousseff, que imediatamente endossou a iniciativa e nos autorizou a dela participar desde o início.

Então, em janeiro de 2011, tivemos o primeiro encontro, como aparece ali. Em 20 e 21 de janeiro, primeira reunião, em Washington, lançam-se as bases para essa parceria internacional. Compõe-se o Comitê Diretor. Além de Brasil e Estados Unidos, que foram eleitos copresidentes, África do Sul, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido. É claro que há uma certa preocupação com a distribuição regional pelo mundo afora, para que não haja uma concentração no Ocidente, por exemplo, mas se buscaram países que tinham liderança, que tinham algum currículo a mostrar nessa área.

Esse Comitê Diretor é composto não apenas por Governos, mas também pela sociedade civil. Estão aí enumeradas ONGs de diferentes países. No caso do Brasil, o INESC — Instituto de Estudos Socioeconômicos. Outros exemplos são o Instituto Mexicano para a Competitividade e o IBP, que é um instituto de parcerias orçamentárias. E há vários outros integrantes da iniciativa, pelo lado da sociedade civil, desde o início.

É importante destacar que a discussão não foi feita apenas entre Governos. Desde o início, a discussão foi, ela própria, aberta. Ou seja, os países ali representados estavam dispostos, automaticamente, a se expor a organizações da sociedade civil, mostrando suas falhas, suas deficiências. A discussão não era



fechada entre Governos. Essa era uma das condições para novos países aderirem ao projeto. Muito bem.

Foi então estabelecida a estrutura de governança da própria Parceria, composta desse comitê de Governos e ONGs, com dois Copresidentes, Brasil e Estados Unidos, pelo prazo de 2 anos. Ao cabo do primeiro ano, os Estados Unidos saem e entra outro país. O Brasil fica ainda mais 1 ano. No ano seguinte, o Brasil sai e entra um terceiro país. Assim vão se sucedendo os países. Em vez de saírem os dois de uma vez, sai um num ano e outro no outro, o que garante ainda mais a continuidade, a memória da governança da iniciativa em si. Pois bem.

Posto isso, passamos a discutir no seio desse grupo os critérios de convite a outros países, ou melhor, os critérios de engajamento, de admissão de outros países. O convite é feito a todos. Todos que estiverem interessados podem se candidatar. Mas há de haver critérios mínimos, para que a iniciativa possa ser considerada uma coisa séria e não uma brincadeira, um clube de festejos. É preciso que haja exigências mínimas.

Quais são elas? Transparência orçamentária, acesso à informação, divulgação de declarações de bens por autoridades e mecanismos de participação social e de liberdade civil. A forma de medir que países atendem a esses critérios revelou-se um problema importante desde o primeiro instante. Indicadores e índices objetivos, como está ali embaixo, foi o que procuramos encontrar. Quais seriam os indicadores mais objetivos possíveis, que evitariam possíveis críticas de discricionariedade, de subjetivismo, de parcialidade na admissão dos países?

Buscamos critérios de dados já desenvolvidos por outras entidades independentes, como Banco Mundial, IBP, que é essa ONG internacional especializada em orçamento aberto, Transparência Internacional, entidades suficientemente conhecidas, com reputação inquestionável e que não têm nenhuma dependência a nenhum Governo, de país A ou B. Essas entidades tinham já ou uma pesquisa pronta, que dava a nota, a avaliação dos países na sua área, ou trabalhos dos quais se podia extrair uma avaliação. Exemplo: transparência orçamentária. Como definir que países têm e que países não têm? Pedimos ao IBP, ONG de âmbito internacional sediada em Washington, um estudo que eles têm baseado numa pesquisa bienal em vários países. Eles levantam o seguinte: o país publica



sua proposta orçamentária amplamente? O país publica o orçamento aprovado? Essas coisas são para nós absolutamente óbvias, e imaginávamos que todos os países do mundo os publicassem. Mas não é bem assim. Terceiro item: o país publica o balanço, aprovado por um órgão de controle externo, da execução do orçamento? Nem todos os países o fazem. Quarto: o país dispõe de um documento chamado orçamento cidadão? São quatro itens, portanto. Os países, para serem admitidos na OGP, precisaram mostrar que atendem a pelo menos dois desses quatro itens. O Brasil atende aos quatro. Nessa área estamos muito bem. Mas a regra geral não é essa.

Critério acesso à informação: o país tem ou não uma disposição constitucional que assegure como garantia do cidadão o acesso à informação? Segundo: o país tem ou não uma lei aprovada, ou pelo menos um projeto de lei encaminhado ao seu parlamento? Foi nesse aspecto que o Brasil ficou um pouco abaixo do ideal, porque tem a previsão constitucional, tem o projeto de lei no Congresso, mas não tem a lei aprovada. É o único ponto dos 16 que o Brasil não emplacou.

Divulgação de declarações patrimoniais pelas autoridades, sim. Tanto as eleitas como as altas autoridades do Poder Executivo têm que apresentar sua declaração.

Liberdades civis e participação social. Neste ponto o Brasil nada de braçada, como se diz no popular, porque nós temos iniciativa popular de leis, nós temos conferências nacionais praticamente em todas as áreas de políticas públicas... Somente as realizadas nos últimos 8 anos se contam às dezenas. E vamos realizar no próximo ano uma conferência nacional sobre participação social, depois de termos realizado conferências sobre praticamente todas as políticas públicas em todas as áreas: educação, saúde, etc., etc. Na área liberdades civis e participação, o Brasil é realmente um dos líderes no mundo.

Com esses critérios, chegamos a esta lista de 79 países, com esta distribuição por continente — África, Américas, Europa, Ásia... Aqui eles estão em ordem alfabética. Os países em verde são os que estão no Comitê Diretor, são o núcleo inicial. Os demais são os países que receberam a carta de convite com a indicação dos critérios que deveriam apresentar para poder se engajar nessa



iniciativa. Porque o país pode, segundo o nosso critério, atender aos critérios mínimos mas não ter interesse, talvez porque não queira assumir novos compromissos para avançar mais. Isso aí não basta, é preciso que haja um comprometimento com novos avanços no seu plano de ação e também é preciso que haja a aceitação de ser avaliado por um mecanismo independente, o que não é coisa muito simples para alguns países.

Qual foi a etapa seguinte, já ocorrida? Em 11 e 12 de julho, houve a reunião do Comitê Diretor e o evento de apresentação da OGP aos novos países desse conjunto de 79 que compareceram a Washington na reunião de julho. Dos 79 países, 60 compareceram. Já foi uma primeira manifestação de interesse, o que não quer dizer que tenham assinado. Nessa reunião foi apresentada a estrutura e alguns exemplos bem-sucedidos e foi organizado um corredor de inovações com exposições feitas por empresas de tecnologia, como Google, IBM, Microsoft e outras que dão fundamental apoio para essa evolução.

Os passos para participação na OGP foram expostos aos países: atender aos critérios mínimos e aceitar que vão ter que apresentar nos seus planos projetos que atendam às cinco expectativas comuns; indicar a intenção formalizada numa carta; efetuar um processo amplo de consultas públicas com as organizações da sociedade civil do seu país — não se trata de um plano a ser elaborado de forma fechada —; e, enfim, desenvolver o seu plano de ação com compromissos concretos e aceitar submeter-se a uma avaliação por mecanismo independente. Ou seja, o país fará seu próprio relatório de autoavaliação do progresso na implementação do plano, periodicamente, e cooperará com o mecanismo independente, que fará um relatório independente.

Isso atendido, o país endossará a declaração de princípios e apresentará o seu plano. Como já foi dito aqui pelos que me antecederam, essa declaração é voluntária e não vinculante, não é mais uma convenção internacional, é uma iniciativa multilateral entre iguais e não vinculante.

Os princípios básicos são estes: transparência, participação, esta palavra maldita que somos forçados a repetir em inglês porque ninguém conseguiu traduzir adequadamente, *accountability* — a não ser que o Dr. Luiz Alberto tenha descoberto



alguma nos últimos dias; já pedi a ele várias vezes que consiga essa tradução — e tecnologia.

O plano de ação nacional eu já disse como deve ser feito. Podemos seguir adiante.

Aqui, o mecanismo de assistência técnica. É importante destacar que uma das principais intenções é a experiência de um país servir ao outro, é o intercâmbio de experiência, a cooperação técnica com os que mais precisam. Então esse mecanismo de assistência técnica é algo importante. Pretende-se divulgar no portal da OGP as melhores práticas de cada um dos países integrantes, para que os outros países facilmente conheçam tudo o que há de melhor no mundo na matéria e se candidatem, procurem aquele país que pode ajudá-lo nesta ou naquela área. Esse portal deve facilitar enormemente o intercâmbio efetivo. Porque muita gente fala em intercâmbio, em cooperação, mas como fazer isso? Como eu vou saber que a Estônia tem uma ONG que faz um trabalho excelente em matéria de governo aberto? Eu nunca desconfiei disso. Descobri nessa reunião de 11 de julho, em Washington, para a qual foi convidada uma pessoa da Estônia, que mostrou um trabalho fenomenal nessa área. Acho que ninguém nesta sala imaginava uma coisa dessas.

Agora, sim, a próxima etapa. Em 20 de setembro, em paralelo com a Assembleia Geral da ONU, que será no dia 21, ou seja, na mesma semana, aproveitando-se a presença de chefes de Estado na ONU, será feito o lançamento oficial da OGP, sob a liderança do Presidente Obama e da Presidente Dilma Rousseff, com a presença dos chefes de Estado dos demais países do Comitê Diretor e de outros chefes de Estado cujos países já estão manifestando seu interesse. Será também nesse evento assinada a declaração e depositado o plano de ação com os compromissos de cada Governo. O Brasil vai levar seu plano de ação com seus compromissos. Estamos trabalhando nele neste momento, com a participação de diversos Ministérios. Obviamente, o plano não é uma coisa só da CGU. Estão participando os Ministérios do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, a Casa Civil, o MEC, o Ministério de Relações Exteriores, ou seja, várias Pastas, além da sociedade civil, através de consultas, de um contato permanente nosso com a sociedade civil.



Paralelamente, haverá também nesse dia, na parte da manhã, uma conferência que reunirá não os chefes de Estados, mas representantes ministeriais e outros, academias e sociedade civil de todos esses países.

O plano de ação brasileiro está neste momento em processo de consulta à sociedade, para finalização. Os compromissos que nós vamos apresentar devem atender a estas áreas: aumento da integridade pública... Então, aí vem, a Lei de Acesso à Informação. Já estamos trabalhando, em cooperação com a UNESCO, na estruturação do Sistema Federal de Acesso à Informação, com procedimentos e capacitação dos funcionários públicos para atender às demandas que poderão ser muito grandes ou não — não se sabe. A experiência de alguns países mostra que a aprovação de lei de acesso resultou numa explosão de pedidos de informação; outros precisaram fazer uma campanha de esclarecimento para que a população usasse a lei.

Não sabemos o que vai acontecer no Brasil, mas vamos nos preparar para o melhor, ou seja, para que haja uma explosão, que seja mais trabalhoso mas que seja o melhor. Estamos trabalhando nisso junto com a assessoria da UNESCO.

Obviamente, pretendemos também aprovar a lei logo, logo. Vamos também apresentar no plano a realização da Primeira Conferência Nacional sobre participação e controle social, que já começou nos Municípios e nos Estados. Vamos realizar a etapa nacional aqui em Brasília, em março de 2012.

O próximo passo no Portal da Transparência será a colocação das informações no formato de dados abertos.

No segundo tema, teremos a gestão mais efetiva dos recursos públicos e a publicação de novas bases de dados para permitir outro tipo de cruzamento no Portal da Transparência.

Em relação ao aumento da responsabilidade empresarial, esperamos que o Congresso aprove a Lei de Responsabilidade de Pessoa Jurídica, que já se encontra aqui na Câmara dependendo apenas da constituição da Comissão Especial. Peço portanto aos Deputados apoio no sentido de agilizar a tramitação dessa lei. É a única dívida do Brasil na Convenção da OCDE.

Ressalto que a Convenção da OCDE contra o suborno transnacional, como foi aqui mencionado pelo Dr. Hélio, obriga os países a uma série de coisas. O Brasil



já se desincumbiu de todas as questões normativas. Falta esta: uma lei que deixe clara a possibilidade de alcançar o patrimônio da empresa fraudadora, corruptora e inclua o suborno transnacional.

Uma vez que o nosso país é cada vez mais um ator global na economia mundial — e as nossas empresas cada vez mais atuam fora do Brasil — é de suma importância que o Brasil se equipe com uma legislação desse tipo, de modo a coibir a ocorrência de suborno nas operações transnacionais. Esse projeto de lei tramita aqui há algum tempo.

Mais ainda, a melhoria da prestação de serviços públicos com a estruturação do sistema nacional de ouvidorias e outras iniciativas.

Depois desse evento de setembro, a etapa seguinte acontecerá aqui no Brasil, em março de 2012, com a adesão de novos países. Além dos 8 que assinarão a declaração agora, algumas dezenas de países vão comparecer à reunião de setembro para se inteirar e se engajar. Eles terão 6 meses para elaborar seus planos de ação, que serão formalizados e depositados, digamos assim, na reunião de março de 2012, em Brasília.

Essas eram as informações que eu poderia lhes trazer num primeiro momento. Estou à disposição para qualquer pergunta oportunamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Agradeço ao Ministro Jorge Hage Sobrinho, Ministro de Estado e Chefe da Controladoria-Geral da União, pela sua exposição.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Alberto dos Santos. V.Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS - Inicialmente, gostaria de agradecer o convite da Comissão, na pessoa do Deputado Sérgio Brito, seu Presidente, e do Deputado Hugo Leal, co-autor do requerimento para realização deste debate.

Cumprimento também o Ministro Jorge Hage, Ministro de Estado e Chefe da Controladoria-Geral da União.

Sras. e Srs. Deputados, demais participantes deste evento, a oportunidade de vir aqui representando a Ministra Gleisi Hoffmann traz-me um certo grau de dificuldade, uma vez que participando da mesma discussão do Ministro Jorge Hage, sobra muito pouco que eu possa acrescentar a um debate dessa natureza e que diz



respeito precipuamente às competências que a CGU vem desempenhando, com tanto brilho, desde a sua criação, pelo Presidente Lula, em 2003.

No entanto, acho que posso contribuir para essa discussão, complementando alguns aspectos e trazendo questões paralelas que dizem respeito ao tema objeto da Parceria para Governo Aberto.

O Ministro Jorge Hage faz uma provocação em relação ao conceito de *accountability*. Realmente é um conceito tormentoso para os nossos cientistas políticos que até hoje não conseguiram uma tradução adequada. De alguma forma, compreendo esse conceito, mesmo sem essa tradução, com o sentido de prestação de contas, de responsabilização do Governo diante da sociedade.

Este é, sem dúvida alguma, um conceito chave porque em todos os documentos que medeiam a discussão sobre o Governo Aberto e a parceria liderada presentemente pelo Brasil e pelos Estados Unidos da América esse aspecto surge como uma questão fulcral.

Por exemplo, um documento que descreve o que é essa Parceria para Governo Aberto — traduzindo ligeiramente aqui —, é um esforço global para fazer os governos melhorarem. Os cidadãos querem um governo mais transparente, mais efetivo e mais *accountable*, mais responsivo, mais responsável, que preste contas, com instituições que empoderem as pessoas, que sejam responsivas as suas aspirações, e reconhecem, é claro, o grande desafio e dificuldade que isso representa particularmente em escala global, com países tão diferentes como aqueles que foram citados aqui, ainda que cumpram alguns dos requisitos essenciais, mas que terão um trabalho muito grande pela frente para cumprir as etapas necessárias a atingir o mesmo nível de aperfeiçoamento que outros tantos países já atingiram ao longo da sua história.

Como foi mencionado na primeira apresentação de hoje, na verdade essa discussão sobre transparência e acesso à informação acontece há mais de 250 anos, quando os países nórdicos iniciaram a adoção de normas, regulamentos, leis, com essa finalidade.

De alguma forma, a Parceria para Governo Aberto é o corolário de um processo, de uma evolução progressiva, um próximo passo, como bem lembrou aqui o Deputado Hugo Leal, mas que reflete sobretudo a importância que esse tema tem



nos dias de hoje, uma vez que dialoga e se relaciona com o próprio processo de democratização.

O mundo moderno é certamente muito mais democrático em todos os sentidos do que foi há 200 anos, 100 anos, ou mesmo 50 anos. Podemos buscar em nosso Continente, na própria década de 80, países sob regimes ditatoriais.

O Brasil mesmo iniciou seu processo de transição democrática apenas no final dos anos 70, com a abertura política. Mas democracia mesmo, se podemos dizer assim, tivemos apenas a partir da Constituição de 1988 que introduziu importantes conceitos e princípios que protegem exatamente esse valor no âmbito da nossa sociedade.

Discussões sobre participação, sobre controle, *accountability*, prestação de contas ainda são recentes no nosso contexto. Elas refletem também um processo de organização da nossa sociedade, da nossa cidadania que se habilita a exigir do Governo, cada vez mais, a abertura de canais de participação e de acesso.

No âmbito da nossa legislação, como foi bem lembrado aqui, tanto pelo Deputado Hugo Leal quanto pelo Ministro Jorge Hage, houve um importante avanço do ponto de vista da legislação, particularmente no plano federal, com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu até ouvi aqui, Ministro Hage, que no relatório da OCDE aconteceu uma coisa conhecida como a maldição do primeiro parágrafo. Em um dos primeiros parágrafos do texto em que eles falam sobre isso, vem inserido o número errado da Lei de Responsabilidade Fiscal. (*Riso.*) Inseriram Lei Complementar 100, quando é 101 — mas isso acontece sempre.

O fato é que essa lei foi um marco histórico para o nosso País, mas não foi também o primeiro. Antes disso já havia leis esparsas; uma delas, lembro-me, de autoria do Deputado Haully. Assim que a Internet começou a dar seus primeiros passos no Brasil, despertou-se a vontade de utilizar esse recurso tecnológico tão importante para intensificar a possibilidade de o Governo dialogar com a sociedade, de prestar contas e conceder o direito de acesso à informação, de uma forma muito mais ágil e muito mais dinâmica do que aquela forma burocrática, cartorial, do requerimento, do papel, enfim, e do próprio *Diário Oficial*.



Hoje, com toda essa tecnologia à nossa disposição, não se pode mais negar à sociedade o direito de ter acesso a toda informação disponível, no âmbito do Governo, que não seja protegida pelo sigilo necessário, a proteção do interesse da sociedade e do Estado.

Nesse sentido, eu me reporto aqui a um avanço recentíssimo incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012: foi introduzido ao art. 99 um novo parágrafo, o § 1º, que dá ao cidadão, e não mais a entidade sem fins lucrativos mas ao próprio cidadão, credenciado segundo requisitos estabelecidos pelos órgãos gestores dos diferentes sistemas... São mencionados 15 diferentes sistemas, inclusive o SICONV a que se referiu o Deputado Hugo Leal. Os cidadãos terão acessos a esses sistemas desde que credenciados segundo requisitos estabelecidos pelos respectivos órgãos gestores. Eles poderão ser habilitados para consulta ao sistema de cadastros referidos, então, no art. 99.

Parece pouco mas é um grande desafio, inclusive do ponto de vista operacional e tecnológico para diferentes órgãos que vão do Ministério do Planejamento ao DNIT, passando pelo Ministério do Meio Ambiente, pela Receita Federal, pelo Ministério do Planejamento, pelo Ministério da Previdência Social. Enfim, são vários órgãos que detêm hoje e gerenciam sistemas da maior importância e que, cada vez mais, se tornam sistemas públicos, isso sem falar de recentes avanços.

Agora, Ministro Hage, a Lei Capiberibe completa o segundo ano de diligência. Ela estabeleceu um escalonamento para todos os entes da Federação cumprirem seus comandos.

Se, no ano passado, foi cumprido o primeiro período de vigência que atingiu os maiores Municípios e os maiores Estados, hoje uma grande quantidade de Municípios e todos os Estados estão submetidos aos comandos da Lei Capiberibe, extremamente relevante para a materialização desse direito.

Além dessa questão específica da transparência através da divulgação de dados e informações, houve uma série de outros aperfeiçoamentos no nosso sistema de integridade que ainda devem ser intensificados, que devem ser destacados e aprovados com urgência.



Refiro-me principalmente à Lei de Conflito de Interesse que tramita nesta Casa desde 2007. Ela já foi aprovada nas comissões e aguarda votação no plenário, em função de um recurso apresentado pelo Democratas. Uma vez aprovada, contribuirá também enormemente para evitar problemas envolvendo prática de ações que resultem exatamente no conflito de interesses entre as esferas pública e privada.

Outra discussão inconclusa no Congresso Nacional, mas que hoje perpassa todos os poderes, é a Lei do Lobby, a regulamentação do *lobby*.

Artigo muito interessante, publicado hoje no jornal *Valor Econômico*, menciona exatamente a necessidade de uma legislação que atenda essa atuação dos grupos de interesse, das representações de interesse, no âmbito do Congresso Nacional e dos Poderes Executivo e Judiciário; ou seja, que ela se dê de forma transparente, de forma clara, com a declaração de que interesse está sendo defendido, com que meios e através de relatórios que possam ser acessados por qualquer interessado.

Trava-se também, e finalmente, um grande debate nacional sobre a Lei de Acesso à Informação, a que o Ministro Jorge Hage já se referiu e que reflete uma grande dificuldade do nosso País, a de superar a cultura do segredo.

Infelizmente importantes setores da nossa sociedade e até mesmo no âmbito da administração pública ainda entendem que uma Lei de Acesso à Informação pode trazer grandes riscos. Hoje, na verdade, leis de acesso à informação são adotadas em quase 100 países do mundo, com diferentes níveis e graus, obviamente de acesso, mas que têm contribuído como contribuíram no próprio caso norte-americano, como contribuíram no Canadá, como vêm contribuindo no Chile e em outros países para permitir, em muitos casos, que um direito previsto constitucionalmente possa efetivamente se materializar.

O caso brasileiro é sobretudo exemplar nesse aspecto, porque, embora tenhamos provisão constitucional desde a Constituição de 1988, até hoje não houve de fato uma legislação voltada para o acesso à informação; houve sim leis voltadas à proteção do sigilo da informação.

A proposição que hoje tramita no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 41, traduz exatamente essa necessidade, a de o cidadão dispor de instrumentos



normativos com o estabelecimento de procedimentos e de prazos para que a administração pública atenda às solicitações de informação e reveja os critérios para fixação de graus de sigilo; ou seja, que graus de sigilo podem ser fixados e por quanto tempo, de forma mais amena do que se tem hoje — hoje temos regras bastante rígidas em relação a isso — e que também assegurem a salvaguarda e a proteção de dados pessoais de que o Estado seja detentor. Nem todos os dados de posse do Estado são dados públicos. Temos portanto de ter em mente a proteção, o sigilo e a salvaguarda de dados pessoais. Em muitos casos, dados de valor econômico, de interesse das empresas, de propriedade dessas empresas mas que devem ser fornecidos ao Estado nem por isso devem ser simplesmente disponibilizados por meio de acesso à informação.

Temos que tomar cuidados para buscar uma legislação adequada e consistente com os próprios princípios assegurados pela Constituição.

Esse debate ainda não está concluído. Tramita no Senado Federal hoje um substitutivo apresentado à Comissão de Relações Exteriores. Acredito que, no plenário, o Senado Federal saberá escolher a melhor alternativa. Espero que ela seja consentânea com aquilo que foi votado e aprovado pela Câmara dos Deputados.

Finalmente, eu gostaria de me referir muito rapidamente a um tema que mostra o quanto o Brasil tem evoluído e avançado em relação aos valores essenciais defendidos pela Parceria para Governo Aberto, e esse é o tema da participação social.

O Brasil hoje é um dos países com maior nível de participação social na sua administração pública, especialmente no plano federal, mas também no âmbito estadual e municipal; esse avanço decorreu drasticamente da própria Constituição Federal de 1988. Hoje, apenas no Governo Federal, são cerca de 90 Conselhos e Colegiados diferentes que propiciam a participação de diferentes setores da sociedade no processo de discussão e de formulação de políticas públicas, em muitos casos até mesmo da deliberação sobre temas de interesse social, de interesse da sociedade.

No âmbito do Congresso Nacional, a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados tem desempenhado importante papel como um canal de



participação da sociedade, além, obviamente, da iniciativa popular em projetos de lei, responsável por importantes proposições, inclusive legislações de grande impacto no campo eleitoral.

Outra prática já consolidada, e mencionada aqui pelo Ministro Jorge Hage, é a realização de conferências nacionais de políticas públicas. Apenas no período 2003/2010 foram realizadas 74 conferências, prática já consolidada e que certamente continuará a se expandir ao longo do mandato da Presidenta Dilma Rousseff, com a participação de dezenas de milhares de cidadãos nas etapas regionais e nacional.

Lembro também das nossas ouvidorias, hoje um sistema bastante avançado no âmbito da administração pública federal, propiciando ao cidadão fazer chegar a diferentes setores suas reclamações e demandas.

Além disso, uma experiência histórica, na qual o Brasil é considerado mestre por inúmeros países, é o orçamento participativo, experiência de difícil replicação, como sabemos, do plano federal, mas que no âmbito dos Estados e dos Municípios já está consolidada.

Mencionava, há pouco tempo, num evento organizado pelas Nações Unidas em Viena e do qual tive honra de participar, que apenas numa experiência, a historicamente melhor identificada, a de Porto Alegre, numa única rodada do orçamento participativo, mais de 60 mil cidadãos porto-alegrenses participaram do processo de elaboração do Orçamento daquela cidade. Essa experiência tão elaborada é muito provocativa. Hoje há uma quantidade significativa dessas experiências. O último dado de que disponho se reporta a mais de 180 cidades no Brasil que adotam o orçamento participativo de alguma forma. Evidentemente, o orçamento participativo é apenas uma das formas de participação na gestão pública. Os conselhos locais e estaduais de políticas públicas de diferentes setores, como os da Assistência Social, Saúde e Educação, são extremamente importantes como canais dessa participação.

Mas é preciso — e o Deputado Hugo Leal manifestou aqui essa preocupação — assegurar de fato efetividade nessa participação, para que não se caia em algo tão comum na nossa tradição ibérica, ao formalismo. Ou seja, cria-se alguma coisa



no papel, anuncia-se, mas na prática não funciona ou não responde aos anseios e às aspirações da sociedade.

Essa discussão envolve também o conceito de cansaço ou de fadiga da participação. À medida que os cidadãos ou os grupos, que se organizam para participar, não tiverem respostas, não tiverem resultados dessa participação, resultados concretos, evidentemente que a participação perde relevância, perde interesse e passa a ser apenas e tão somente mais uma etapa que não atende ao seu propósito.

É preciso enfrentar, portanto, dois tipos de problemas: os resultados e as oportunidades; ou seja, propiciar àqueles que são capazes, mas não querem, a participação, motivando a sociedade, e também permitir àqueles que querem participar, mas não têm ainda capacidade, absorverem e adquirirem essas capacidades para participar.

Nesse sentido, há alguns anos, a Secretaria-Geral da Presidência da República vem intensificando esforços para ampliar o acesso das representações da sociedade, dos diferentes segmentos da sociedade através de cursos de formação para a participação social. Um convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais tem proporcionado, através de educação a distância, importantes experiências nessa área, viabilizando maior qualificação e incentivando a sociedade a se organizar até para participar mais.

Finalmente, do ponto de vista institucional, gostaria de destacar, além da necessidade da lei de acesso à informação e da legislação sobre a regulamentação do *lobby*, a importância de se ter no País uma legislação que de fato consolide as normativas ou que estabeleça normativas voltadas à viabilização e à concretização da própria participação social, envolvendo instrumentos, tais como consultas públicas, processos de participação em elaboração normativa, a própria obrigação de *feedback*, de retorno e de prestação de contas dos governos em relação a essa participação.

Acredito que a própria conferência sobre participação e controle, que será realizada neste ano, que o Ministro Jorge Hage mencionou aqui, será um importante foro para essa discussão e certamente trará contribuições importantes.



Finalmente, quero registrar que em relação à Parceria para Governo Aberto, está em fase de conclusão, a pedido da própria Controladoria-Geral da União, a elaboração de um decreto voltado principalmente à institucionalização do Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, com suas diretrizes, seus objetivos, assim como sua estrutura de governança, composta por um comitê interministerial e um grupo executivo, que buscará cumprir efetivamente e dar seguimento a compromissos já afirmados e reafirmados agora, em setembro, pela Presidenta Dilma Rousseff, de modo que as iniciativas já elaboradas possam de fato ter, ao longo dos anos, continuidade e consolidação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Quero agradecer ao Sr. Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República, a exposição.

Passo a palavra ao Deputado Hugo Leal, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, senhores convidados, o Dr. Luiz Alberto iniciou sua manifestação dizendo que seria difícil falar depois do Ministro Jorge Hage exatamente pelo elenco de coisas que S.Exa. trouxe aqui — com certeza, se o deixássemos falar mais 20 minutos, o tema poderia ser mais explorado.

Mas, Presidente, o principal objetivo deste *forum* — como sugerimos a V.Exa., na qualidade de Presidente desta Comissão —, o mais importante, era sabermos, por intermédio do Ministro Jorge Hage, representante nas primeiras reuniões — depois houve o encontro do nosso Chanceler Patriota com a Ministra Hillary, que conduziram esse trabalho —, de onde saímos, onde estamos e onde queremos chegar.

Dei-me por bastante satisfeito com a detalhada apresentação do Ministro Jorge Hage, obviamente incorporando outros conhecimentos à matéria trazida aqui hoje. Falo isso exatamente pela necessidade que vamos ter, daqui para frente, para estabelecer uma sintonia fina entre o que propõe e discute o Legislativo e obviamente o que o Executivo dialoga com a sociedade.

Sr. Presidente, gostaria de destacar, porque é interessante à nossa Casa Legislativa, ao Congresso Nacional como um todo, que se este encontro fosse para



discutir algum ponto específico que foi foco de corrupção, este plenário estaria cheio, não é, Ministro? V.Exa. já foi convidado várias vezes para falar de algumas coisas específicas, de um desvio específico. Hoje, estamos tratando aqui exatamente de como não acontecer isso. Mas isso não atrai. A prevenção não atrai. O que atrai é o foco, é o escândalo, é a luz dos holofotes.

Então, a ideia de trazer esse debate à nossa Comissão, segundo a linha do OGP, que é a assinatura, é para mostrar que estamos bastante avançados. Já caminhamos muito a despeito do que pensam outras pessoas. O Brasil tem exemplos significativos —vimos aqui — tanto para os nossos Estados-Membros quanto para as outras nações.

Tive a oportunidade de atuar nesta Casa Legislativa durante dois anos, em 1997/1998 — o Dr. Luiz Alberto ainda era assessor do Partido dos Trabalhadores e eu era assessor do Partido Democrático Trabalhista —, e depois de ser Secretário de Estado de Administração exatamente no período 1999/2002, quando houve uma grande modificação no pregão eletrônico, uma modificação na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Observo com bastante entusiasmo — diferente de outras pessoas que querem o foco só no negativismo, só no escândalo — que o caminho fundamental é: quanto mais aberto, quanto mais transparente, quanto mais óbvio o trabalho, mais fácil de a sociedade acompanhar.

Ministro, quero fazer algumas perguntas a V.Exa., mais no sentido de nós, Legislativo, ajudarmos.

O que nós, na qualidade de Parlamentares, membros do Congresso Nacional, especificamente da Câmara dos Deputados, podemos fazer? Além do nosso esforço hercúleo em divulgar uma matéria como essa, onde podemos atuar mais?

O Dr. Luiz Alberto citou um exemplo aqui, uma característica pouca divulgada, na votação do Orçamento, se não me engano, referente ao § 1º do art. 99. Foi um avanço não mencionado. Foi um esforço do Legislativo. O Legislativo se impôs essa condição.

Ministro, V.Exa. trouxe algumas informações.

Obviamente, com relação ao PLC 41, de 2010, sabemos onde está a dificuldade, ou seja, desde que ele chegou no Senado, a sua tramitação foi bastante



célere. Pelas informações que eu tive, final do ano para o início do ano, ele passou pela Comissão de Ciência e Tecnologia e seu parecer foi aprovado em abril; passou pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e também foi aprovado em abril; parou na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a apresentação de um substituto. Pelo visto, a matéria já pode ser incluída em pauta, e vamos a voto. É o que todos nós desejamos para esse Projeto de Lei nº 41, que nasceu de uma linha do Executivo, mas já existia uma outra proposta do Deputado Reginaldo Lopes. Acho que o Governo tem condições de, numa discussão, até num enfrentamento, num debate das ideias, superar essa fase e colocar esse Projeto de Lei em votação. Cabe, obviamente, ao Senado essa discussão.

Duas coisas me preocuparam e me alertaram: primeiro, todo esse esforço que está sendo feito — e V.Exa. tocou em um ponto que eu também já tive oportunidade de manifestar — agrega tecnologia, agrega fundamentalmente o acesso a essas informações.

Há um órgão, concebido há muitos anos, com muitos méritos, mas também com muitas dificuldades, que atende a todos os organismos federais, chamado SERPRO, que dispõe de verdadeiros funcionários que se dedicam, que têm uma expectativa, mas que tem um gargalo: até onde essa sobrecarga no SERPRO poderia colocar em risco essa questão, a proposta da governança aberta? Até também para fazermos sugestões, sabermos da necessidade, até orçamentária, para se suplementar essa questão que se apresenta no SERPRO.

V.Exa. também trouxe aqui uma preocupação sobre um projeto de lei, em tramitação na Casa, que dispõe acerca da Responsabilidade da Pessoa Jurídica. Antes da criação da Comissão Especial, foi sugerida a sua apresentação no plenário, mas hoje ela está em análise numa Comissão Especial.

Então, esse acompanhamento e essa sugestão junto ao Líder do Governo e a outros Líderes seriam importantes.

Eu particularmente desconheço — se alguém souber, informe-me — em que fase se encontra esta Comissão Especial que dispõe acerca do Projeto de Lei que prevê Responsabilidade da Pessoa Jurídica. Falamos muito da responsabilidade



fiscal do Poder Público — é claro, nós temos de verificar — e, às vezes, nos esquecemos de ver o outro lado.

Então, Ministro, nós estamos hoje na Câmara dos Deputados, nesse debate nesse fórum, exatamente visando a busca de elementos, de ajuda, dentro daqueles itens do Plano de ação Brasileiro, para o aumento da responsabilidade corporativa. O esforço, que depende desta Comissão, depende deste Parlamentar ou de outros que também podem perfilar nesse sentido, é para a aprovação da Lei de Responsabilidade da Pessoa Jurídica.

Quando V.Exa. diz que essa é uma dívida que o Brasil tem na OCDE, sobre a questão patrimonial das empresas, nós temos o mesmo ponto de vista. Como estamos falando de Governo aberto, de transparência, temos de colocar às claras quem efetivamente está indo contra. Até pode haver mérito de manifestação contra, pode haver por que se está manifestando contra, mas não se pode retirar o direito do debate. Entendo que isso seria importante.

Ministro, quando V.Exa. fala, com empolgação — eu também prefiro ir nessa linha —, sobre o Portal Transparência, em números, vou citar aqui um exemplo recente, talvez em menos de um ano. Eu estava em um Município pequeno, de 10 mil habitantes, no interior do Rio de Janeiro, e uma pessoa humilde, mas muito perspicaz, apresentou-me um documento mostrando a quantidade de recursos que estavam indo para o Município. *“Olha, chegou esse recurso para o FNDE, repassaram esse recurso para o Ministério das Cidades”*. Eu disse assim: *“De onde você pegou isso?”*. Ele respondeu: *“Olha, eu cadastrei meu e-mail e agora recebo e-mail do site da Transparência Brasil”*. Aí, fui comentar isso com um Prefeito, que prefiro não trazer o nome aqui, que falou assim: *“Isso aí ainda vai complicar a minha vida”*.

Ou seja, acho que nós aprendemos uma lição. É que as pessoas não estão acostumadas ainda. Olha o tamanho desse instrumento! No momento em que o PL 41 for utilizado — e eu também me preocupo, não só porque nós já temos uma estrutura consolidada, porque a Constituição já se manifesta, nos arts. 5º e 216, da concepção das informações —, também temo, pelo nível de informações que isso possa gerar em busca das informações.



Mas ainda acho que essa é uma questão cultural no País. Nós não temos essa tendência de buscar prestação de contas, a não ser que fira nosso interesse pecuniário pessoal. Às vezes, nem em condomínio isso ocorre. Quando se chama alguém para ser síndico ou para acompanhar o conselho fiscal, essa pessoa rejeita, sabendo que ali ela também paga também, mesmo que seja uma relação privada. Então, nós não temos essa cultura. Temos de mudá-la.

Também vejo com empolgação também esse trabalho, que já vi realizado na prática, do Programa Olho Vivo no Dinheiro, nas escolas públicas, ou seja, trata-se de aprender a lidar no dia a dia com essa questão das informações, mas acho — e aí pergunto a opinião de V.Exa. —, tirando as entidades, as ONGs e o Parlamento, que trabalham nesse setor, quem é hoje que mais se apresenta como entidade de pessoa física ou jurídica nesse sistema? Quem mais busca essas informações? Temos como levantar isso nesses 3 milhões de acessos, nessas informações? O Portal da Transparência já conseguiu fazer esse levantamento? Até para buscarmos novos parceiros, novos apoios dentro da própria sociedade. Até para que, como disse aqui o nosso querido Luiz Alberto, não haja fadiga do material. É que, durante utilização, com a falta de acesso, as pessoas vão cansando das buscas e acabam desistindo. E todas as vezes que alguém vai tentar buscar, alguém diz: *“Não tente, não, porque você não vai ter resposta”*. Então, quem são essas pessoas, para a gente continuar estimulando esse tipo de trabalho? Em que poderíamos evoluir e trazer, numa segunda etapa, esse OGP?

Como eu disse anteriormente, na apresentação dos representantes diplomáticos, nós estamos falando da primeira etapa. V.Exa. trouxe aqui a descritiva da primeira etapa. Quando estaremos pronto para fazer a segunda etapa, na Câmara, na busca desses elementos, que são importantes e fundamentais?

O Dr. Luiz Alberto citou duas propostas legislativas, uma delas tratando do conflito de interesses. Confesso a V.Exa., Ministro, que estou aqui há 5 anos e, até então, não tinha ouvido a respeito desse projeto de lei. Vou buscar informações. Deve haver alguém que esteja impedindo a tramitação ou pedindo que não seja dessa forma, porque, obviamente, existem conflitos de interesses, e às vezes do próprio Parlamentar. Estou dizendo isso despedido de qualquer tipo de demagogia. Sobre essas propostas, a própria Comissão de Fiscalização Financeira e Controle —



não tenho procuração para falar aqui em nome do Presidente — precisa desenvolver uma agenda positiva. E aproveito a minha condição de Vice-Líder do Governo e de Líder do meu partido durante 4 anos para levar esse debate para dentro da esfera de decisão aqui da Casa. Quanto a essas propostas, no momento em que os partidos tanto buscam essa necessidade do esclarecimento das ações, necessidade do esclarecimento das ocorrências do Governo, nós temos que ter a nossa pauta interna — e dessa pauta a oferecer para o País, eu, pelo menos, vi três ou quatro que são importantíssimos nesta linha.

No encerramento, V.Exa. falou duas coisas que me chamaram atenção: primeiro, na questão do Plano Nacional do Governo Aberto, como é que essa conciliação está se dando com a proposta da CGU? E, na questão da experiência no sentido da qualificação de participação social, que V.Exa. pudesse definir um pouco melhor. Como ela está ocorrendo? Para mim, isso seria bastante interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) – Agradeço ao Deputado Hugo Leal.

Passo a palavra ao Ministro Jorge Hage Sobrinho.

O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Sr. Deputado, eu vou tentar resumir aqui a série de questões que V.Exa. colocou, todas elas são da maior importância. Vou tentar resumir, sem voltar muito ao que eu já disse antes.

Primeira questão, o que o Poder Legislativo pode fazer de forma mais direta para ajudar neste esforço? Eu lhe diria que aprovar os projetos pendentes, sem dúvida nenhuma. É claro, o projeto de acesso à informação já passou pela Câmara, o problema está agora no Senado, mas evidente que as ligações e conexões partidárias de cada Parlamentar da Câmara com os seus correspondentes e correligionários no Senado podem, sem dúvida nenhuma, ajudar a destravar o andamento do PL de acesso no Senado Federal.

Segunda, aprovação do Projeto de Responsabilidade Patrimonial da Pessoa Jurídica, tanto em transações nacionais como internacionais, é outra prioridade, eu diria, do nosso ponto de vista. A Comissão está dependendo, salvo engano, da indicação dos nomes dos seus componentes. Não sei se isso está nas mãos dos Líderes dos partidos ou da Mesa, V.Exas. saberão muito melhor do que eu qual o tipo de movimento imediatamente necessário e oportuno agora.



Terceira, sobre o projeto de regulamentação do *lobby*, em tramitação nesta Casa, nós, na CGU, discutimos a oportunidade de elaborar um novo projeto de lei. Mas preferimos, até pela maior rapidez que se espera possa ter a tramitação deste projeto que já existe, eventualmente, apresentar emendas a este projeto como forma de agir mais rapidamente. Trata-se de um projeto de iniciativa de um Parlamentar, em tramitação na Casa, o Deputado Carlos Zarattini — cujo nome o Luiz Alberto me faz lembrar agora.

Por último, a questão de conflito de interesses. Como já dito aqui pelo Dr. Luiz Alberto, esse projeto estava pronto para à sanção presidencial se aprovado em caráter terminativo nas Comissões.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Sim, teria que ir ao Senado ainda, mas já estaria com sua tramitação concluída na Câmara não fora um recurso, na época do Partido Democratas, para obrigá-lo a ir a plenário. Daí, então, entrou na fila do plenário, e o projeto está aqui desde 2006.

A segunda questão é quanto ao SERPRO. É fundamental que se remova esse outro obstáculo aos avanços em matéria de apoio tecnológico para as medidas de transparência. Sem dúvida nenhuma, uma contribuição que esta Casa pode dar, quem sabe, seja a de provocar o debate, convidando aqui representantes do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda, e, talvez, do da Ciência e Tecnologia para discussão dessa questão de como resolver o problema do entrave do andamento de todas as tarefas de desenvolvimento de sistemas, de programas e etc. Nós todos dependemos do SERPRO, e a Esplanada fica na estrita dependência das dificuldades do SERPRO, sem dúvida que, provocando este tema, provocando este debate, colocando isso na agenda pública, isso seria uma ajuda.

Por último, a respeito do comentário que V.Exa. fez sobre os usuários do portal, nós não temos o dado direto sobre quais seriam os responsáveis pelo maior volume de usuários. Apenas, pela quantidade, nós deduzimos que não são ONGs especializadas e nem jornalistas especializados em investigação. Mas não temos o perfil do nosso usuário. Entretanto, nós podemos afirmar: o usuário que, além de consultar, denuncia, utilizando o campo próprio para denúncia, é o cidadão “pessoa física”.



Eu estou recebendo aqui uma informação, uma enquete do portal indicando que o cidadão comum interessado corresponde a 39,37% dos usuários — é isso? — ; servidores públicos, estadual e municipal, são 16%; e servidor público federal são 15%.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - V.Exa. me permite?

O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Sim.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É exatamente isso. Com um instrumento desta natureza, com a abrangência que tem o Portal da Transparência, ou seja, 3 milhões de acessos, e acredito que isso vá aumentar muito mais, não estou dizendo que o cidadão tenha que se cadastrar, não precisaria dessa uma burocracia, mas que haja um registro da presença dele, até para o próprio Governo conhecer que tipo de acesso está tratando. Não se trata de identificação, com CPF e nome, mas que tipo de acesso está havendo. Muitos deixam *e-mail* para poder receber resposta, como é o caso de acompanhamento de algum Município, de algum recurso, de alguma obra, de alguma coisa assim. Isso eu já vi acontecendo.

O que eu estou dizendo é que o Governo tem um instrumento fantástico na mão, que é o Portal da Transparência, com milhões de acessos, e exatamente essa pergunta pode ser feita por enquete ou por...

O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Só para esclarecer, rapidamente, são 3 coisas.

Uma coisa, para acessar a informação, o cidadão não precisa de cadastramento, de senha, de identificação, de nada, absolutamente de nada, está aberto para qualquer cidadão do mundo. Com a Internet, ele hoje lá na China vai poder acessar o portal, e acabou. Essa é uma coisa.

Outra coisa é o sistema *push*. No sistema *push*, o cidadão se cadastra para receber no seu *e-mail* pessoal a informação cada vez que houver transferência de dinheiro para sua cidade. Esse é o sistema *push*, que esse cidadão lhe informou. Ele recebe um aviso cada vez que vai uma verba para a educação, para o SUS, etc. Essa é outra coisa.

A terceira coisa é o formulário para denúncia, no qual ele pode se identificar ou não. Nós aceitamos também denúncia anônima, não há nenhum problema. Não temos problema nem mesmo com o Judiciário, porque para nós a denúncia anônima



é apenas um alerta para instaurarmos uma investigação *ex officio*. Aí, a denúncia não aparece, portanto, não invalida o processo em eventual questionamento na justiça, como ocorreu já algumas vezes com outros órgãos. Nós não juntamos a denúncia anônima no processo. É uma informação para, a partir dali, nós apurarmos.

Eram esses os meus esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Agradeço ao Ministro Jorge Hage.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Alberto dos Santos.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS - Na verdade, de forma muito rápida, quero apenas acrescentar que o Projeto de Lei nº 7.528, de 2006, que dispõe sobre o conflito de interesse na administração pública, uma iniciativa discutida em profundidade na época pelo Governo e encaminhada a esta Casa, foi aprovado, na última Comissão, em fevereiro de 2008. Desde então, por meio de um recurso ao plenário, ele se acha pendente de apreciação.

Se aprovado, este Projeto terá um importante impacto, na medida em que disciplina não apenas as situações em que ocorre ou há potencial de ocorrência de conflito de interesse, prevenindo assim possibilidades e riscos, no âmbito da administração pública, que possam acarretar exposição do agente público e até mesmo corrupção. Mas disciplinado, inclusive de uma forma muito mais consistente do que a que temos ainda hoje, o instituto da quarentena, que é fundamental, atende, inclusive, a necessidade de dispositivo constitucional que prevê a regulamentação dessas hipóteses em que o agente público tem acesso a informações privilegiadas, e por isso mesmo precisa cumprir esse período de resguardo quando deixa o cargo.

Em relação à questão da formação para a participação, temos hoje no âmbito do Governo um programa de formação de conselheiros nacionais, uma iniciativa da Secretaria-Geral da Presidência da República, implementado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e com a participação, também, da Escola Nacional de Administração Pública. Trata-se de uma iniciativa que oferece, às expensas da própria Secretaria-Geral da Presidência da República, no Orçamento



da União, a oportunidade de qualificação para pessoas que participem e atuem em organizações da sociedade civil de forma mais qualificada.

Na última ocasião em que esse curso foi veiculado, foram oferecidas, através da modalidade de educação a distância, para cerca de 150 participantes, um curso de pós-graduação, ministrado pela UFMG, na modalidade Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, para candidatos selecionados através de processo seletivo prévio, tendo esse curso 405 horas/aula.

Tem se mostrado uma experiência importante, inovadora e que busca superar uma lacuna exatamente em função da necessidade de que conteúdos relacionados à organização administrativa, funcionamento do Governo, organização do Estado, organização dos movimentos sociais. Que tudo isso possa dialogar com as questões relacionadas à própria questão de políticas públicas e como se atua no processo de políticas públicas para que a participação desses atores se dê de forma mais qualificada e mais consistente em um ambiente que é, como todos sabemos, muito complexo e dinâmico.

Essa iniciativa inovadora tem merecido, enfim, a atenção de outras instituições, inclusive internacionais, pois tem buscado, nessa experiência, subsídios para o seu próprio acúmulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Deputado Hugo...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - O desejo era exatamente esse, o de ouvir um pouco essas duas manifestações, a posição oficial do Governo; e colocar, mais uma vez, esta Comissão, esta Câmara dos Deputados e o próprio mandato à disposição.

Quero dizer, Dr. Luiz Alberto, que talvez nos falte informações — é uma via de mão dupla —, temos que buscar um pouco mais as informações, e de lá também devam divulgar, disseminar um pouco mais essas informações.

Como eu disse, Presidente, o próximo fórum não vamos chamar de fórum de debate de Governo aberto, *open government* ou gestão pública, vamos chamar de fórum da faxina. Aí, vai estar cheio aqui (*riso*), vai encher de gente. É a faxina da Dilma. Porque só isso é que chama a atenção: fazer faxina. Se falar que vai fazer faxina, pronto! A palavra mágica. Então, acho temos que mudar o conceito, o nome.



(Não identificado) - É verdade!

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É impressionante, as informações prestadas aqui, tanto ao Governo, à Oposição, a todos, enfim, pois estamos falando de situações de prevenção, de processo de evolução, interessam muito ao País do que ficar naquela velha dicotomia do que é certo ou errado, uma discussão só filosófica. Estamos aqui falando de coisas concretas.

Então, eu me dou por satisfeito nessas duas apresentações. Sugiro, Presidente, logo em seguida, que ocorra essa segunda fase. No momento em que a Presidenta estiver aqui para assinatura do documento, em setembro, que nós possamos, em novembro, início de dezembro, realizar um novo fórum para debater, e aí, sim.

O Ministro Jorge Hage nos trouxe aqui o espaço da participação do Brasil e o plano de ação. O ideal, então, é que depois, é a sugestão, possamos ver como serão os planos de ação dos outros Governos. Talvez possamos estimular o aproveitamento de alguma proposta — como a que V.Exa. nos trouxe naquela questão da Estônia — a ser debatida nesta Comissão e nesta Casa Legislativa.

Eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Encerrando este terceiro painel, Governo Aberto e o Poder Executivo, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle agradece penhoradamente a presença do Ministro-Chefe da CGU, Jorge Hage Sobrinho, sempre pronto.

Dou o testemunho da Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que a todo momento que a Comissão convida o Ministro para vir a esta Casa, ele prontamente se oferece.

Quero colocar em público — pois isso estamos transmitindo, através da TV Câmara, para o Brasil inteiro —, Ministro, que a sua presença aqui nos honra muito sempre, para poder esclarecer, das as ideias, trazer o que está acontecendo em relação à Controladoria-Geral da União. Muito obrigado, a sua presença sempre é muito importante aqui.

Quero agradecer o Dr. Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República. Foi muito importante os



seus esclarecimentos. Muito obrigado, Dr. Luiz, sempre às ordens aqui na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Passo agora ao quarto painel: Governo Aberto e o Poder Legislativo.

Deputado Hugo Leal, quero indagar se V.Exa. vem à mesa.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - *(Início de intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Prefiro ficar aqui. A maior parte das nossas demandas já veio. Vamos ouvir o TCU e fazer indagações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - O.k.

Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário-Geral de Controle Externo-Substituto do Tribunal de Contas da União.

Convido também para tomar assento o Dr. Ricardo Pedreira, Diretor Executivo da Associação Nacional de Jornais.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Aí nós faremos um compilado. Até porque, senão, daqui a pouco vamos ser chamados para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Já estamos na Ordem do Dia.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário-Geral de Controle Externo-Substituto do Tribunal de Contas da União, que disporá de até 20 minutos.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Na verdade, vai ser uma apresentação rápida, não pretendemos ser repetitivos em relação aos temas que já foram apresentados.

(Segue-se exibição de imagens.)

Quando se fala de Governo aberto, é preciso ter em mente que o direito à informação é um pressuposto da democracia e também o dever de prestar contas. A *accountability*, que já foi tão explorada aqui, é uma obrigação de todo aquele que administra recursos públicos.

Então, como implementar isso, a disponibilização de cópias das bases de dados públicas em caráter aberto e gratuito pela Internet? O conceito de Governo aberto é mais extenso do que simplesmente dar acesso, via Internet, a serviços públicos. O conceito abrange dar acesso, como o Ministro Jorge Hage falou, que é um dos próximos passos que a CGU pretende implementar, dar acesso à própria base de dados. Que o cidadão ou a organização, seja quem for, possa baixar os



dados, trabalhar com esses dados e retirar dali a informação que bem entender e que precisar. Isso é o que está por trás do conceito de Governo aberto. E, com isso, claro, há uma promoção da transparência, melhoria de qualidade das informações e estímulo à criação de novos serviços eletrônicos, também.

Vou mostrar apenas dois exemplos recentes. Quando se fala do TCU em termos de transparência, em termos de serviços colocados à disposição do cidadão. O Portal do TCU é bastante rico nesse sentido. Só para citar alguns exemplos, a jurisprudência do TCU, sistematizada, pode ser consultada no Portal do TCU. Se eu quiser saber o que existe de jurisprudência do Tribunal em relação a pregão, muito facilmente vou obter essa informação no Portal. Se eu não quiser saber apenas sobre pregão, se eu quiser refinar mais e saber sobre pregão eletrônico, se eu quiser saber sobre dispensa de licitação por emergência, tudo isso, facilmente, poderá ser obtido no Portal. Mas são coisas básicas. O TCU, até por uma questão lógica, tem de fornecer essas informações ao cidadão.

Quero apresentar duas iniciativas recentes que são frutos de parcerias no contexto do que chamamos Rede de Controle da Gestão Pública. Uma delas é o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativo — CADICON. Esse Cadastro reúne informações de nomes de pessoas condenadas por praticamente todos os Tribunais de Contas, não só o da União, mas também os dos Estados. Trata-se de uma iniciativa bastante interessante, porque qualquer cidadão pode pesquisar se o candidato a Prefeito do seu Município já teve algum problema com o Tribunal de Contas, seja ele de Estado, de Município ou da União. Rapidamente, ele tem a informação de praticamente todos os Tribunais de Contas do Brasil.

Aqui temos um exemplo de tela do Cadastro e ali há mais de 3.000 nomes de pessoas condenadas nos últimos 5 anos. Outro exemplo, resultado de uma parceria com o Senado Federal — e até é muito mais uma iniciativa dessa Casa Legislativa — é o Portal Copa Transparente, recentemente lançado. Esse Portal irá armazenar e disponibilizar para o público documentos e informações sobre todas as obras da Copa. Por exemplo, se eu quiser ver o contrato de obra do Maracanã ou quanto já foi liberado para o aeroporto de Fortaleza, todas essas informações estarão cadastradas de forma organizada nesse Portal.



Qual a garantia que temos de que os Estados e Municípios vão alimentar esse Portal com essas informações? A garantia é que, por força de uma instrução normativa do TCU, o BNDES e a Caixa Econômica Federal são obrigados a prever nos contratos de financiamento que esses dados serão alimentados no Portal do Senado. Se não houver alimentação desses dados, o recurso não é liberado para o Estado ou para o Município. Uma das obras já cadastrada é o Estádio Nacional de Brasília. O valor, o cronograma previsto, a última medição podem ser pesquisados nesse Portal. É claro que ainda há muito pouca informação, porque é muito recente, mas as outras obras todas também serão inseridas.

Eu pretendo falar um pouco mais sobre governança de TI? Por quê? Porque para que o Governo aberto funcione como deve funcionar é necessário que haja informação aberta, confiável e disponível. Então, é fundamental que os sistemas da administração pública estejam disponíveis, que tenham dados confiáveis e sejam transparentes.

Para isso, é necessário investir em TI. Nós percebemos, por exemplo, que não existe uma diretriz geral para transparência. A Lei Complementar nº 131 — inclusive foi citada aqui é ótima — prevê a divulgação em tempo real de uma série de informações, mas não prevê tudo. Ela é limitada, e tem que ser mesmo. Não dá para imaginar que todas as informações que precisam ser colocadas à disposição do público vão estar previstas numa lei complementar. Isso seria unimaginável, mas é preciso haver um plano de diretrizes. É preciso haver definição de diretrizes para a implantação da transparências nas três esferas do Governo. Na União, estamos muito bem graças à CGU, que tem feito um excelente trabalho, mas nos Estados e nos Municípios nem sempre isso acontece.

Algumas perguntas: o que aconteceria se falhassem alguns desses sistemas? Imaginem que o sistema que controla o recebimento do Imposto de Renda não esteja disponível no período da última semana quando a maior parte das pessoas correm para mandar sua declaração ou o pagamento do Bolsa Família, ou aposentadoria, enfim, diversos sistemas que hoje são fundamentais para a administração pública e para o cidadão. Como podemos garantir que esses sistemas sejam confiáveis e disponíveis em tempo integral? Há pouco tempo, tivemos notícias



de *hackers* invadindo *sites* e sistemas. Até que ponto os nossos sistemas são confiáveis?

O TCU tem se preocupado com isso, tem se preocupado em avaliar até que ponto existe segurança na tecnologia da informação na administração pública federal brasileira. Essa preocupação está diretamente relacionada com o tema do nosso fórum Governo Aberto, porque se não pudermos ou se não tivermos confiança na segurança da informação, corremos o risco de cairmos em descrédito, de as nossas iniciativas de Governo Aberto começarem a perder a credibilidade perante o cidadão.

O TCU tem medido governança de TI, divulgando os dados. No Acórdão nº 2.308, de 2010, que é um acórdão paradigma nesse sentido, definimos governança de TI como um sistema pelo qual o uso atual e futuro de TI é dirigido e controlado. Então, governança sempre no sentido de direção e controle. TI precisa agregar valor ao negócio e se manter dentro de níveis aceitáveis de risco.

A responsabilidade pela Governança de TI é sempre da alta administração da organização, mas o que verificamos, nesse trabalho, segundo o Levantamento de Governança de TI, que foi concluído ano passado, é que nem sempre a alta gestão, a alta administração do órgão tem consciência do seu papel em relação à Governança de TI, principalmente em relação à segurança da informação. Essa é uma grande preocupação.

Esse trabalho foi feito mediante levantamento junto à 265 órgãos. Foram apresentadas 30 perguntas para cada um deles sobre estas dimensões: lideranças, estratégia e planos, cidadão, sociedade, informação e conhecimento, pessoas e processos, que são as dimensões do GESPUBLICA.

Alguns resultados: 53% dos órgãos não têm processo de *softwares*, ao menos gerenciado; 63% não aprovam ou publicam um plano de diretor de TI, ou seja, não têm um plano diretor, quer dizer, não sabem o que é prioritário, não sabem em que é preciso investir. Se eu deixar de investir nessa área, pode ser que ela pare? Pode ser que ela fique obsoleta? Não se sabe, pois não há um plano diretor. E 65% não têm política corporativa de segurança da informação, e por aí vai.

Esse quadro mostra que há muito o que caminhar na administração pública no que se refere à gestão de tecnologia da informação. É como consertar o motor



com o carro andando, porque não podemos parar, rever tudo, depois colocar para funcionar. Não, os serviços disponibilizados *on line* para o cidadão são fundamentais, são serviços que não podem mais parar. Então, é preciso se tocar as duas coisas ao mesmo tempo: investir e melhorar e prover novos serviços e, ao mesmo tempo, investir e melhorar a segurança da informação, melhorar a Governança de TI.

Vemos que na maioria dos casos a alta administração não se responsabiliza pelas políticas de TI, não sabe ou não acredita que seja da sua responsabilidade; em 48% há um comitê de TI formalmente designado; em 57% apenas objetivos foram definidos e 76% definiram indicadores de desempenho, o que já é um número mais razoável.

Esse gráfico mostra o estágio da Governança de TI com base num índice que o TCU criou para medir a Governança de TI. O que constatamos? Seis por cento dos órgãos estão num nível aprimorado, 37% num nível intermediário e mais de 56% apenas num nível inicial de desenvolvimento da Governança de TI.

Esse outro gráfico mostra, em termos de risco, quando comparamos essa nota do índice de Governança de TI, cruzamos isso com o orçamento de TI administrado por aquele órgão e vemos que há alguns pontos que são alguns órgãos que têm alto orçamento e baixo índice de desenvolvimento da Governança de TI, onde o risco é muito alto. É aquela situação ali do vermelho. Podemos clicar e vão aparecer aqueles casos de alto risco, porque quando você confia um orçamento expressivo a quem não tem estrutura de governança o risco, naturalmente, é muito alto.

Esse gráfico mostra que 88% dos órgãos alcançaram nota inferior a 50, que seria, nesse índice de Governança de TI, uma nota razoável. Então, 88% ficaram abaixo, se fosse nota de escola estariam reprovados nesse critério; e um terço dos órgãos não passou do índice mais baixo de Governança de TI, são aqueles que não tem nada em relação à Governança de TI.

Para partir dessa desgovernança para uma situação de governança é preciso implementar e aprimorar um modelo, e a responsabilidade disso é da alta administração de cada órgão.



Baseado na norma brasileira, governar a TI envolve o quê? Avaliar, dirigir, monitorar responsabilidade, estratégia, aquisição, desempenho, conformidade, comportamento humano, todas essas dimensões.

Esse relatório que mostra os relatórios individuais foi encaminhado para cada dirigente. Os dados dos órgãos respectivos foram enviados para o dirigente e serão monitorados os avanços em 2012. Vamos fazer uma nova rodada para monitorar o que mudou.

Para isso, esperamos definição formal, estabelecimento formal de objetivos institucionais de TI aliados a estratégias de negócios, indicadores para cada objetivo, meta para cada indicador e mecanismos para acompanhar o desempenho da TI.

Esperamos que a alta administração — e isso, é claro, tem de ser induzido pelos Ministros de Estado, principalmente o Ministério do Planejamento — possa apoiar o alcance dos resultados, identificar e mitigar os riscos, diminuindo os riscos de exposição da imagem, gerir os recursos públicos de forma responsável e aproveitar as oportunidades que a TI proporciona para melhorar os serviços prestados à sociedade.

Tem muito órgão que já está pensando nessa última etapa, aproveitando oportunidades para disponibilizar novos serviços, o que é muito bom, mas se esquecendo das outras, e aí o risco é grande. Repito: se não colocarmos informações confiáveis à disposição do cidadão, correremos um sério risco de matar a ideia.

Fatores críticos de sucesso do Governo Aberto:

Diretrizes políticas e normas claras que induzam à transparência. Nisso estamos avançando, já foi apresentado aqui. Levantar e priorizar a demanda de publicação de informação. Afinal de contas, não basta apenas colocar à disposição aquilo que nós acreditamos ser útil para o cidadão, muitas vezes é preciso ouvir o cidadão e saber a qual informação ele gostaria de ter acesso.

Inventariar informação com potencial de divulgação nas diversas bases de dados. A administração tem hoje uma quantidade incalculável de base de dados e é preciso que essas informações, que estão nessas inúmeras bases, sejam inventariadas, é preciso que se verifique a confiabilidade dessas informações para



se poder colocar à disposição, classificar a informação, porque tem informação sigilosa, tem a informação restrita.

Estabelecer objetivos, indicadores e metas a favor da transparência; estabelecer mecanismos de controle pró-transparência; estabelecer acordos de nível de serviço claros da disponibilização da informação; estabelecer mecanismos de verificação e de melhoria da qualidade da informação oferecida, que é o *feedback* dado pelo cidadão; e mecanismos de mensuração do efeito da publicação.

Resumindo: a situação da Governança de TI no País é grave e, diante dessa situação, é preciso incentivar a melhoria da Governança de TI paralelo à disponibilização de dados por meio do Governo Aberto.

É isso que nós esperamos e continuaremos monitorando. O TCU continuará monitorando a evolução da governança de TI na administração pública federal. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Quero agradecer ao Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, do Tribunal de Contas da União.

E, de imediato, como fizemos esta última parte, nós juntamos os dois painéis, o painel sobre o Legislativo e o painel Visão da Mídia e da Sociedade Civil sobre o Governo Aberto.

Passo a palavra ao Sr. Ricardo Pedreira, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Jornais, que tem a palavra por 20 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. RICARDO PEDREIRA - Primeiro, quero agradecer a Comissão de Fiscalização, ao Sr. Presidente, Deputado Sérgio Brito, e ao Deputado Hugo Leal, autor do requerimento para a realização deste evento. Não vou falar os 20 minutos, está começando a Ordem do Dia e também acho que é o final de tudo. A mensagem que tenho a transmitir é relativamente simples.

Primeiro, gostaria, para situar a audiência, de falar o que é a ANJ e por que estamos inseridos nesse debate.

A Associação Nacional de Jornais é uma entidade civil, privada, não oficial, que reúne os principais jornais brasileiros. Atualmente, integram a ANJ 150 jornais, os mais importantes do País. Os jornais que integram a ANJ estão presentes em todas as unidades da Federação. Estimamos que os nossos jornais sejam responsáveis



por cerca de oito milhões de exemplares diários no Brasil e que o público leitor desses jornais seja de cerca de 30 milhões de pessoas.

De modo que é com essa representatividade e com essa audiência junto à opinião pública e aos leitores que a ANJ está aqui presente.

Naturalmente, é um pouco óbvio, mas vale a pena lembrar o papel dos meios de comunicação de uma forma geral na captação e transmissão de informações para os cidadãos brasileiros. Nós reconhecemos, nessa situação em que estamos, na condição que a ANJ tem, com o seu público leitor e com a missão dos jornais e dos jornalistas, a grande evolução que houve nos últimos anos, no Brasil, em relação à transparência governamental.

Acho que isso ficou muito evidente pela exposição do Ministro Jorge Hage, depois complementada pelo Sr. Luiz Alberto, do Gabinete Civil, e pudemos ver também agora, com a exposição do Sr. Marcelo Eira, do TCU, que há lacunas como essa da Governança de Tecnologia da Informação, ferramenta fundamental para que essa transparência que temos avançado tanto seja cada vez melhor.

À parte o reconhecimento de que a ANJ faz do grau de transparência governamental que vive o nosso País, o ponto sobre o qual eu gostaria de me limitar e de me cingir, e que já foi tocado aqui, é o da regulamentação do direito de acesso à informação pública, previsto na Constituição.

Desde 1988 nós tivemos uma longa evolução, demonstrada pelo Ministro Jorge Hage, começando pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo pregão eletrônico. O Portal Transparência Brasil é um marco nisso. Mas, realmente, a falta de regulamentação do direito de acesso à informação pública, embora seja apenas um dos 16 pontos que faltam para o Brasil estar naquele nível considerado ideal, embora seja apenas um ponto, realmente é um ponto muito importante, porque se temos essa transparência, conforme definiu o Ministro Jorge Hage, feita pelo Governo e por sua iniciativa, é importante que também possa haver a transparência por demanda do cidadãos.

Por essa razão, a ANJ já integra há vários anos o Fórum do Direito de Acesso a Informações Públicas, que é um grupo de entidades da sociedade civil, liderado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo — ABRAJI, que poderia muito



bem estar aqui representada. Ela tem liderado essa luta pela regulamentação do direito de acesso à informação pública.

Esse Fórum do Direito de Acesso a Informações Públicas é integrado por mais de 20 entidades. A ANJ é uma delas, a OAB, a ABRAJI também. Enfim, é integrado por uma série de entidades da sociedade civil que têm lutado dentro do Congresso desde o primeiro projeto do direito de acesso à informação pública, do Deputado Reginaldo Lopes.

Ficamos muito satisfeitos com o avanço em 2009, quando a então Chefe do Gabinete Civil Ministra Dilma Rousseff, agora Presidenta da República, esteve à frente do projeto enviado pelo Presidente Lula ao Congresso Nacional, tratando exatamente de regulamentar esse princípio constitucional do direito de acesso à informação pública.

Estamos engajados nessa luta e, infelizmente, o projeto está parado agora no Senado. Passou pela Câmara, foi aperfeiçoado e saiu daqui melhor do que entrou — é importante registrar isso. Mas, por uma série de razões, está parado no Senado. Primeiro, foi dito que o próprio Governo não apoiava, porque setores do Ministério de Relações Exteriores ou também das Forças Armadas não queriam uma lei de acesso à informação pública que permitisse que depois de um determinado prazo, mesmo aquelas informações consideradas sigilosas que deveriam ser mantidas públicas por um período, fossem divulgadas. Havia quem entendesse, no Governo — isso é o que estava sendo dito —, que seria necessário sigilo absoluto.

O próprio Governo, depois de um tempo, de alguma confusão entre os próprios Ministros, acabou desmentindo isso pela palavra do então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e depois pela palavra do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. E o projeto está no Senado, se não me engano, parado na Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Senador Fernando Collor, que seria um dos principais obstáculos.

Mas a notícia que temos é que o Governo, como deixou claro aqui o Ministro Hage, está disposto a ir adiante com o projeto, e nós achamos que isso, então, vai ser, de fato, uma grande vitória para aqueles que defendem esse conceito de transparência total e possível dentro de um estado de direito.



Nós reconhecemos que existem informações de Estado que devem permanecer sob sigilo, que dizem respeito ao entendimento entre governos, de política exterior, que tratam da soberania e segurança nacional. Mas mesmo essas informações, depois de um período, como é em todos os países, acabam sendo liberadas.

O atual projeto, que já passou pela Câmara, prevê basicamente que todos os cidadãos têm direito a demandar do Estado as informações que julgar necessárias. Os cidadãos não têm nenhuma obrigação de dizer por que quer aquela informação, ele simplesmente tem esse direito, e o Estado tem a obrigação de fornecer essas informações, a não ser aquelas consideradas sigilosas, mas por um período.

Pelo projeto que saiu da Câmara o período é de 25 anos, renováveis por mais 25 anos. Portanto, um prazo máximo de 50 anos para que essas informações, mesmo as que já foram consideradas nesse período de meio século — vamos ver que isso é uma coisa bastante razoável —, sejam passíveis de serem tornadas de conhecimento público.

Vou ler algumas anotações. Lembro que essa lei está prestes a ser aprovada no Senado. Acreditamos que ainda no segundo semestre será aprovada e, se não for modificada, irá para a sanção do Presidente da República. A informação que temos, e ficou claro aqui também com o Ministro Jorge Hage, é que o Governo tem todo interesse em sancionar essa lei o mais rápido possível.

O Brasil, aprovando essa lei, será o 12º país da América Latina a ter uma lei de acesso a informações públicas, uma lei que reconhecemos e elogiamos como sendo bastante moderna e avançada. Já são mais de 90 países em todo o mundo com leis desse tipo.

No Canadá e Estados Unidos, por exemplo, as empresas utilizam as leis de acesso à informação para melhor compreender como outras empresas estão ganhando contratos.

Então, a posição que venho aqui colocar não é apenas da ANJ, no sentido de que as empresas jornalísticas brasileiras consideram que essa lei é importante por causa do trabalho dos jornalistas. Não. Claro que é importante também, mas é importante para a sociedade de uma forma geral. Nos países onde essas leis já existem, as pesquisas demonstram que os jornalistas formam um percentual menor



daqueles que usam essas leis, requerendo essas informações públicas. Quem mais usa essas leis são as empresas, os cidadãos. Aliás, o próprio Ministro Jorge Hage disse que isso está claro no próprio uso do Portal da Transparência.

Então, leis como essa criam uma maior competitividade e um melhor valor para os contribuintes. Talvez o mais importante de tudo é que a lei profissionaliza o serviço público. É preciso, como disse o Deputado Hugo Leal, criar essa cultura de que o servidor público tem o dever de fornecer informações aos cidadãos. Não é aos jornalistas ou às empresas, mas aos cidadãos. O servidor público é pago com a contribuição pública, com os impostos, e aos cidadãos deve satisfação e informações. Então, é preciso criar, no serviço público brasileiro — e isso é muito positivo em todos os sentidos —, essa cultura de *accountability*, essa noção de que é importante prestar contas do que se faz com o dinheiro público. A possibilidade de que a mídia e os cidadãos obtenham informações tem um efeito positivo sobre como os funcionários públicos fazem o seu trabalho e utilizam o dinheiro público.

Finalmente, manifestando de novo a percepção de que a ANJ e várias outras associações representativas dos meios de comunicação têm de que o nível de transparência dos governos tem aumentado muito, mas ainda pode aumentar mais, e uma das coisas mais importantes que faltam para isso é exatamente a aprovação dessa lei de acesso às informações públicas e a regulamentação desse direito, eu queria encerrar com uma frase de um artigo da Presidente da ANJ, que diz:

“Democracia não é apenas o exercício do voto, o calendário eleitoral, a posse dos eleitos, a alternância de poder, o funcionamento do Poder Legislativo. É também – e, sobretudo – a transparência, o fim da opacidade e o livre acesso às informações. Informações públicas não são propriedade deste ou daquele governante, deste ou daquele agente do Estado. São direitos dos cidadãos e a eles devem ser prestadas com celeridade e sem subterfúgios, num serviço institucional tipicamente democrático.”

É isso, então. Agradeço a oportunidade. Boa noite.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Agradeço ao Dr. Ricardo Pedreira por sua exposição, e também ao Dr. Marcelo Luiz Souza da Eira, e passo a palavra ao Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, quero agradecer a ambos pela presença e pelas manifestações e dizer que é uma pena que o nosso Ministro não estivesse participando deste debate e visse a apresentação do TCU. Acho que foi muito cirúrgica essa manifestação do TCU, uma vez que, se nós estamos dispostos a fazer um Governo aberto, temos que ter os instrumentos para que isso possa existir.

O Ministro Jorge Hage manifestou uma preocupação com um órgão, que é o SERPRO, uma entidade pública, mas estamos falando de outras entidades públicas. A partir do momento que se passa a disponibilizar informação, temos que primeiro dar a segurança da informação. Isso é fundamental. Acho que o TCU está na linha perfeita.

Eu não tinha noção desse nível de informação e de detalhamento que tem sido feito com as TIs. Hoje, o conceito de informação hoje virou uma *commodity*. Informação é dinheiro, é poder, por isso que os jornais hoje são os mais ricos do mundo. (*Risos.*) Isso é só uma provocação.

Mas quero dizer que essa preocupação tem que ser incorporada a esta nossa Comissão, Presidente, porque quando discutimos e estamos falando do avanço, mas, se não internalizarmos e nos preocuparmos com a tecnologia, daqui a pouco vai parar. Vamos ter uma aeronave fantástica, só que sem tecnologia. Não vai levantar voo.

Então, temos que assumir essa preocupação que achei extremamente pertinente. Temos que fazer uma sintonia fina nas relações que apresentou o Sr. Marcelo Luiz Souza Eiras, do TCU, e principalmente em relação à possibilidade de falhas, com o que fiquei surpreso. Falhas no acesso podem ser concertadas, mas ainda há falhas nos sistemas de segurança. Aí estamos falando de vários tipos de documentos, de abertura de informação. Mas tem alguns documentos que, efetivamente, até mesmo o projeto de lei define que são secretos, sigilosos, ultrassecretos, e algumas coisas eu estou tentando entender.



O que foi passado pelo TCU não é só a preocupação com a atualização, com a modernização do parque tecnológico, que suporta a oferta das informações, mas que tipo de suporte está havendo e — usando uma palavra em inglês, *firewall* — qual é o tipo de sistema de proteção que estão tendo essas informações. Isso também é importante. Estamos discutindo aqui o Governo aberto, é claro, as informações públicas, mas temos que investir também na segurança dessa informação.

Acho que poderíamos aprofundar, Presidente, e, talvez em uma outra oportunidade, esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, até mesmo com a Comissão de Legislação Participativa, possa fazer um convite a esses outros órgãos públicos.

V.Exa. citou que foram 265 órgãos consultados, pelo que me lembro aqui, não é isso? Esse acórdão 2308, de 2010, é de um específico ou foi uma base? Só para continuar o raciocínio.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA - Esse acórdão é o consolidado dos 265.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É o consolidado das indagações que foram feitas?

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Olha, Presidente, eu me surpreendi com algumas colocações aqui, com os percentuais. Acho que cabe a esta Comissão, sim, pelas informações que foram trazidas pelo TCU, em parceria com a Comissão de Ciência e Tecnologia, saber que tipo de produção de TI estamos tendo hoje.

Entendo que o Brasil é extremamente avançado em sistemas de proteção; o Brasil é avançado em várias outras linhas, mas, como posto na pergunta, e se falhar o Imposto de Renda, se falhar o sistema do Bolsa Família, o sistema de aposentadoria, o sistema de processos judiciais? Precisamos ver a questão de mercado. Estou dizendo isso porque acho que está efetivamente dentro da nossa discussão sobre governo aberto.

E eu perguntaria ao Dr. Marcelo Eira: a quem esse acórdão foi distribuído no Governo? Quem é o responsável? O Ministério da Fazenda, que tem o SERPRO? O Ministério da Ciência e Tecnologia? Qual é o organismo público responsável por



fazer esse monitoramento? É a Controladoria? E como está essa linha? Há alguma ausência legislativa, algum vácuo legislativo para se poder definir isso? Eu imagino que seja muito mais definição de política pública, definição de parâmetro, de planejamento, do que de qualquer outra coisa, mas, como estamos em uma Casa legislativa, não nos furtamos em discutir também essa matéria legislativa, se for o caso.

Com relação à ANJ, mais uma vez agradeço a presença ao Sr. Ricardo Pedreira. Já estive com ele em outra oportunidade discutindo outro tema, e hoje ele está aqui a convite desta Comissão. Achei importantíssima a sua manifestação, a sua preocupação. É claro, nesta Casa de leis, que representa a maior parcela da sociedade — aqui a representação é proporcional à sociedade —, há alguns que são contra, outros que são a favor. Nós temos que fazer essa sugestão.

O substitutivo que está encaminhado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional guarda... A grande discussão foi se poderiam se caracterizar documentos como de sigilo eterno. Eu acho que isso ficou superado. A primeira fase já foi superada.

Essa questão circunstancial, que, no substitutivo, está no art. 21, repete exatamente o que foi aprovado aqui na Casa, aqui na Câmara: *“A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta confidencial ou reservada”*. Aí vem: ultrassecreta, 25 anos; secreta, 15 anos; confidencial, 10 anos; e reservada, 5 anos. E aí se fala, obviamente: *“prorrogadas uma vez por igual período, dependendo da necessidade.”*

Havia uma preocupação, que seriam as informações pessoais de quem é ocupante de cargo público, mas essas também já estão preservadas. Imaginava-se que isso poderia ser utilizado também, mas foi preservado. Tanto que eu tive a preocupação de ver, no projeto original, do Deputado Reginaldo Lopes, de 2003, quando se iniciou o debate e depois veio a incorporação da proposta do Executivo, e está preservado.

Sobre as informações pessoais, está dito que deve ser feito de forma transparente, com respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias. Ou seja, essas informações pessoais



terão seu acesso restrito, independentemente da classificação de sigilo, e pelo prazo de 100 anos.

Cem anos eu acho que é um prazo bastante razoável para se divulgarem informações pessoais. Pela biografia, nós já sabemos de quase toda a vida de alguns Presidentes. Isso já foi publicado, já foi mencionado. Mas não é o caso. Estou tentando aqui entender a lógica da dificuldade de votação dessa matéria.

Posso até imaginar — e ouvindo um pouco o que tivemos aqui na participação do Ministro e do TCU, na presença do Dr. Marcelo — que nós possamos ter também uma preocupação com a disponibilização disso. Como vamos dar conta? Não sei se isso pode ter, de uma forma indireta, algo como: *“segura um pouco aí, porque estamos com dificuldade em saber como vamos proporcionar isso”*.

Estou dizendo o seguinte: entendo que estamos passando por um momento de definições, mas aí eu faria uma indagação, simplesmente para conhecimento. Os jornais, a imprensa em si tem acompanhado isso também, tem feito essas divulgações em caráter permanente, aproveitando, como o senhor disse aqui, que, só no caso da ANJ, são 30 milhões de pessoas que têm acesso a essa informação, a algum tipo de jornal. E sabemos — infelizmente vou repetir o que disse anteriormente — que, se o senhor chegar e colocar, em um jornal qualquer de grande circulação, nesses maiores, *O Globo*, o *Estadão*, uma matéria falando sobre um fórum para discutir governo aberto, ninguém vai ler, mas se falar de um escândalo e depois, lá dentro, colocar a matéria, as pessoas vão ler. Infelizmente, esse tema da prevenção não é um tema que chame a atenção. Não chama, porque você está discutindo, antecipando, prevendo.

Como sugestão para o senhor, que é da área, uma pessoa representante da área, que tipo de divulgação pode ser dada? Quer dizer, além da mudança de cultura, que o senhor mesmo repetiu, da mudança de comportamento, da mudança de visão, que tipo de estímulo à imprensa — além das denúncias, que, é claro, vão prevalecer —, que tipo de estímulo pode ser dado para que essa participação da sociedade se amplie? Como os jornais, como a imprensa pode estimular a divulgação desse debate ou esse tipo de transparência, de um governo aberto?

Acho que o foco principal seria esse. Se aqui nós estamos em um esforço concentrado nas entidades públicas, e V.Sa. está representando as entidades



privadas, os jornais, que tipos de ação se podem conciliar? A divulgação da transparência, o estímulo à participação das pessoas? Isso é só como teste, para podermos aproveitar aqui o nosso segmento legislativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Com a palavra o Dr. Marcelo Luiz Souza da Eira.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Hugo Leal, V.Exa. aborda muito bem a preocupação com a segurança de TI e a proteção das nossas bases de dados. Inclusive, se esta Comissão tiver interesse em retomar essa discussão, o TCU está à disposição. Temos também bastante interesse no tema.

Apenas para exemplificar, no nosso trabalho de inteligência do controle externo, fazemos o cruzamento de diversas bases de dados da administração pública. Cruzamos esses dados para identificar fragilidades e riscos e direcionar as nossas equipes de auditoria.

Sabemos que há o que se poderia chamar de lixo. Há muito lixo nas bases de dados. Há muita informação alimentada de forma errada, alimentada de forma incompleta, e, é claro, também essa informação errada precisa ser transparente, para que se identifiquem os erros e os problemas. Mas é preciso atuar sobre essas situações; é preciso que quem alimenta as informações lá na ponta esteja capacitado para essa tarefa; é preciso que haja controle; é preciso que haja *software* bem feito, sistemas bem elaborados para que haja um mínimo de confiabilidade nas informações. Se eu pego uma relação de responsáveis por despesas públicas e ali não é possível minimamente identificar aquela pessoa, só tem o nome, não tem o CPF, não tem matrícula no SIAPE, não tem alguma coisa que me permita dizer esse José da Silva é esse José da Silva e não outro, então essa informação se perde.

Portanto, é fundamental que haja essa preocupação com a governança de TI, com a segurança da informação, com que os sistemas estejam disponíveis e sejam confiáveis. Essa é uma preocupação que deve ser constante.

Bom, V.Exa. também pergunta quem é responsável por essa matéria na administração pública. Essa responsabilidade é dividida. Em cada órgão, a alta administração do órgão é responsável, mas existe um Ministério que, no nosso entender, deve exercer o papel de maestro, que é o Ministério do Planejamento,



Orçamento e Gestão. Ele deve exercer esse papel de maestro principalmente através da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, e tem feito isso. A tarefa de fato não é fácil, é uma tarefa muito, muito árdua, e o papel do TCU é monitorar e estimular o Poder Executivo a evoluir nesse caminho.

V.Exa. também pergunta se há um vácuo legislativo em relação a isso. Nós acreditamos que os maiores problemas em relação à legislação já foram apresentados aqui, como a questão da lei de acesso à informação e outras que foram faladas também pelo Ministro Jorge Hage, mas em relação à governança e segurança de TI, nós acreditamos que o problema é muito mais infralegal, é muito mais de normativos do Poder Executivo do que uma questão legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Deputado Hugo, alguma consideração?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não, só para reforçar que eu acho que essa situação de governança aberta, essa questão da governança para TI, tem que ser palco de um novo debate nesta Comissão, principalmente trazendo a Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - E a de Participação Legislativa.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É, a participação nossa, das duas Comissões e do Ministério do Planejamento. Qual é a perspectiva? Vocês estão preparados? Do que está necessitando? Correto? Só para reforçar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Dr. Ricardo Pedreira.

O SR. RICARDO PEDREIRA - Bem, o Deputado me perguntou muito objetivamente o que os meios de comunicação, os jornais poderiam fazer para estimular mais o debate sobre essa questão da transparência.

Primeiro, a ANJ tem como princípio não interferir na linha editorial de nenhum jornal. Cada jornal é absolutamente livre para fazer o noticiário da forma como julgar mais conveniente. Mas eu me sinto absolutamente à vontade como diretor e membro da ANJ, como jornalista que fui, de opinar que os jornais já fazem bastante. Eu acho que, na medida em que os jornais e os meios de comunicação estão permanentemente acompanhando o que se passa no País com o uso do dinheiro público, eles já prestam um grande, eu diria mesmo um inestimável serviço. Mas



também concordo que há outras abordagens possíveis como, por exemplo, a citada pelo senhor do caso do cidadão no interior do seu Estado e da reação do prefeito.

Eu acho que exemplos concretos de como os mecanismos de transparência adotados no Brasil nos últimos tempos têm mobilizado os cidadãos, como isso tem eventualmente impedido malfeitos, mau uso do dinheiro público, tudo isso poderá sempre ser uma pauta para um jornal, uma pauta para um meio de comunicação, um tipo de cobertura que vai interessar aos jornais, aos meios de comunicação e, sobretudo, aos cidadãos.

Os jornais, e os meios de comunicação em geral, obviamente não são perfeitos, são cheios de erros na abordagem que fazem, mas, repito, considero, enfim, como cidadão mesmo, que os meios de comunicação brasileiros têm prestado um grande serviço e têm contribuído muito nesses últimos anos, com o noticiário que têm feito, com o tipo de cobertura que têm feito, para que o País avance nesse campo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) – O.k.

Encerrando...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Só para reforçar que nós não estamos desejando aqui que haja imposição de nada para os jornais, pelo contrário. Aqui também: se o Presidente da Câmara nos pedir alguma coisa, vai depender de cada Parlamentar, da sua avaliação, do seu pensamento. Eu digo no sentido de que, só para citar como exemplo, para não perder a oportunidade, no momento em que há uma divulgação, por exemplo, de uma situação dessas, que chama a atenção da sociedade, um escândalo, um processo assim que foca um caso, ao mesmo tempo, do lado: *“Olha, você pode fazer isso. Existe o portal da transparência”*. Ou seja, a pessoa vê uma situação daquelas, fica indignado, mas a indignação não pode durar o tempo de se virar a página do jornal e se ler a seção de esportes. Deve-se dizer: *“Você também pode participar. Existem os portais”*. O processo que se seguiu para poder fazer a avaliação.

Essa é só uma sugestão. Não ficar somente... Não há nenhuma dúvida de que os jornais, que os meios de comunicação prestam um relevantíssimo serviço de aprimoramento. Acertam muitas vezes e erram muitas vezes também, como é do próprio ser humano. Aí a responsabilidade pelos erros deve recair sobre quem os



cometeu. Mas o que eu estou dizendo é a oportunidade que se tem, quando se divulga um fato dessa natureza, que tem uma dimensão nacional, de se aproveitar e se divulgar também para o indivíduo o que ele tem à disposição para fiscalizar: *“Você também pode fazer isso. Fiscalize.”*

Eu citei esse caso aqui de um Município menor, um Município muito pequeno lá do Rio, porque a minha surpresa não foi com a apresentação desse cidadão; foi com a reação do prefeito, como quem diz: *“Isso ainda vai me dar problemas”*. Como? Quer dizer, as únicas pessoas que podem fiscalizar são o TCU, o Ministério Público? É isso.

Quanto mais nós disseminarmos a proposta de que o cidadão pode acompanhar isso, que isso pode fazer parte do dia a dia dele, não no nível do esporte, do futebol, mas num nível um pouco acima daquele traço de audiência, quanto mais nós estimularmos, acho que mais ajuda o trabalho que nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Encerrando o 4º painel: *Governo Aberto e o Poder Legislativo* esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle agradece ao Dr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, e também encerrando o 5º painel *A Visão da Mídia e da Sociedade Civil sobre o Governo Aberto*, esta Comissão agradece ao Dr. Ricardo Pedreira, Diretor Executivo da Associação Nacional dos Jornais, a todos a presença, pelos esclarecimentos e pelas exposições.

Esta Comissão estará sempre aberta a vocês. Essa é uma discussão ampla, que ainda tem que ser muito bem definida. Posteriormente, esta Comissão poderá novamente convidá-los para que possamos participar com o maior número de membros presentes.

Eu gostaria de agradecer a presença a todos aqui neste Fórum de Debates *Governo Aberto*, que teve a participação de tão proeminentes representantes que nos brindaram com valiosas informações sobre o tema em questão.

Diante de tantas denúncias de corrupção, fraudes e desvio de verbas públicas, necessitamos de mecanismos que inibam esses atos e promovam a defesa do patrimônio público. O Brasil vem dedicando cada vez mais atenção ao acompanhamento das ações governamentais em todos os níveis. A busca pelo



combate à corrupção se dá pelo acesso do cidadão a informações e documentos das instituições públicas, o que configura a transparência.

Sinto-me profundamente honrado de estar fazendo parte, juntamente com vocês, da construção de um Brasil melhor. Um Brasil que arrecade muito, mas que devolva ao cidadão cada centavo de seu investimento compulsório no Estado. Um Brasil que pretenda ser justo, equalizador das diferenças e, sobretudo, impulsionador do crescimento; crescimento esse que chegue a cada cidadão, fazendo de cada brasileiro um verdadeiro cidadão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrado o presente fórum de debates.

Está encerrado este fórum de debates.